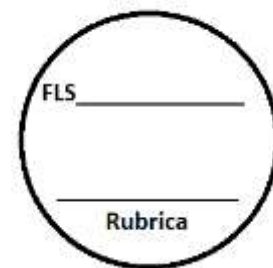




ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 013/2026 FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 015/2026 FMS**

**MODO DE DISPUTA ABERTO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
EXCLUSIVO ME/EPP
BENEFICIO EXCLUSIVIDADE LOCAL**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO, Fundo público da administração direta municipal, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ nº. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril nº 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Elysson Leonarde Kloss, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, para Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, por meio do sítio eletrônico: www.licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 688/2024, Portaria 001/2026 GAB/SMS, Lei Municipal nº 311/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 07/07/2026 – Horário: 09h00min (de Brasília)

As propostas poderão ser enviadas até a data e Horário limite da Abertura da Sessão.

Valor total Estimado: R\$ 415.989,29 (Quatrocentos e quinze mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos).

LOCAL: <https://licitanet.com.br>

Pregoeira: Cleide Ferreira Chaves.

1. DO OBJETO

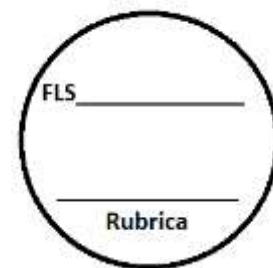
- 1.1. O objeto desta licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, visando atender às necessidades de manutenção da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com os quantitativos estimados, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estes a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. DOS SUPORTES LEGAIS

- 2.1. A presente licitação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme o disposto no artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o referido sistema no âmbito da Administração Pública



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Federal, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as demais normas pertinentes.

2.2. O procedimento observará, ainda:

- a) As diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, especialmente o art. 37, inciso XXI, que trata dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) As disposições da Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, garantindo o tratamento diferenciado e favorecido a esses segmentos;
- c) A Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber;
- d) O Decreto Municipal nº 690/2024, que regulamenta o sistema de registro de preços, conforme a Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito da Administração pública Municipal direta, autárquica e fundacional de Brasil Novo - PA;

2.3. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo Ordenador de Despesas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO-PA, conforme Termo de Autorização de Abertura de Procedimento licitatório anexo a este processo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

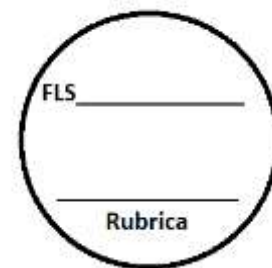
3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



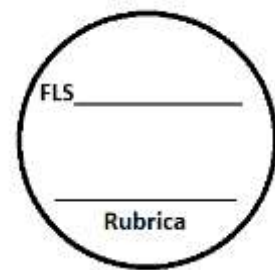
- 3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos item 7.1. deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem comode que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

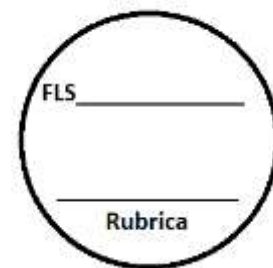
4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

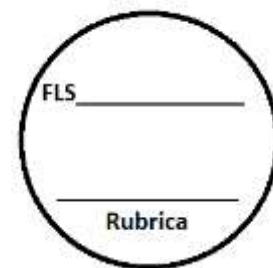
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na formado item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% (cem por cento).
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico através do site www.licitanet.com.br, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um) centavo**.

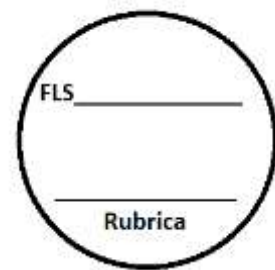
6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

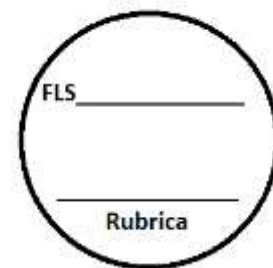
6.13. **Caso seja** adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



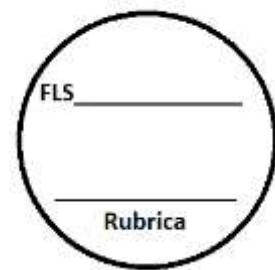
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

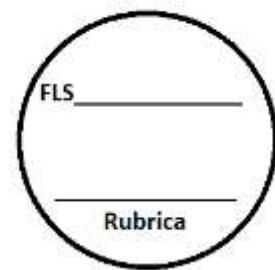
6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item 3.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

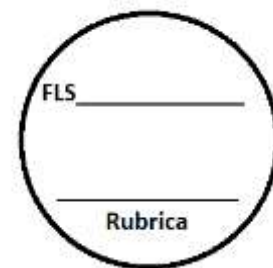
7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

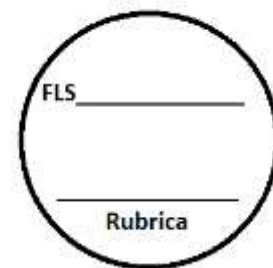
8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), cabendo ainda a assinatura digital, **todos da matriz ou da filial da licitante**, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

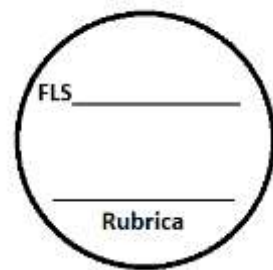
9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- 9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://brasilnovo.pa.gov.br/c/licitacoes/>

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

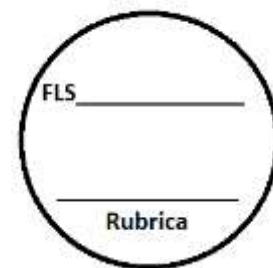
- 10.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pelo(a) ordenador (a) de Despesa.
- 10.2. O objeto deste Pregão será adjudicado por grupo à(s) vencedora(s) do certame.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Depois de homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preço dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 11.2. Será exigida a assinatura eletrônica na Ata de Registro de Preço mediante uso da certificação digital, ICP Brasil, da pessoa jurídica E-CNPJ.
- 11.3. O ÓRGÃO poderá enviar por e-mail a Ata de Registro de Preço para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.
- 11.4. Caso a licitante vencedora não compareça ou não assine a Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido, fica o(a) Pregoeiro(a) autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo instrumento, obedecida a ordem de classificação.
- 11.5. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, desde que motivadamente, durante o transcurso do prazo, sendo facultado ao ÓRGÃO deferir o pedido.
- 11.6. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por igual período, mediante aditivo de vigência, desde que:
- a) haja justificativa devidamente fundamentada de interesse público e vantajosidade econômica;
 - b) a prorrogação observe o limite máximo de 12 (doze) meses adicionais, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA); e
 - c) seja comprovada a manutenção da quantidade total originalmente registrada, não sendo admitida nova inclusão de itens ou aumento de quantitativos.
- 11.7. Será formalizada uma Ata de Registro de Preço para cada fornecedor, e conterá todas as condições, prazos e obrigações estabelecidas no edital.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



11.8. A gestão da Ata de Registro de Preços será exercida por servidor designado no processo, que será responsável pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços resultante deste processo, a qual competirá o controle dos quantitativos, dos prazos e vencimentos.

11.9. O Sr. ELYSSON LEONARDE KLOSS, Secretário Municipal de Saúde de Brasil Novo - PA, e o responsável por autorizar e/ou denegar pedidos de adesão.

11.10. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO-PA;

11.11. Os quantitativos destinados internamente para cada órgão participante seguem a oportunidade e conveniência da Administração Pública Municipal de Brasil Novo - PA.

12. REVISÃO, REAJUSTE E CANCELAMENTO DA ATA

12.1. Da Revisão dos Preços

12.1.1. Os preços registrados poderão ser revisados a qualquer tempo, para mais ou para menos, em decorrência de:

- a) Redução dos preços praticados no mercado;
- b) Fato superveniente que venha a alterar os custos dos itens registrados; ou
- c) Por iniciativa do fornecedor, desde que haja vantagem comprovada para a Administração.

25.1.2. A revisão será processada mediante solicitação formal, instruída com documentação comprobatória e pesquisa de preços atualizada, observando-se o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.3. Constatada a redução de preços de mercado, o fornecedor será convocado para reapresentar proposta compatível com o novo valor. Caso não concorde, poderá ser cancelado seu registro, sem prejuízo das sanções cabíveis, e convocado o fornecedor classificado em seguida.

12.2. Do Reajuste dos Preços

12.2.1. Os preços registrados poderão ser reajustados na forma prevista no edital e na ata, mediante aplicação do índice estabelecido ou com base em planilha de custos devidamente justificada, após o decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, conforme art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2. O reajuste somente será concedido se houver prévia previsão no edital e observância das condições contratuais e legais.

12.2.3. Quando a ata for prorrogada por aditivo de vigência, o reajuste poderá ser aplicado sobre os valores registrados, observando-se o índice e a periodicidade definidos originalmente.

12.3. Do Cancelamento da Ata ou do Registro do Fornecedor

12.3.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento das condições da Ata ou das obrigações assumidas;
- b) Recusa injustificada em retirar a nota de empenho ou assinar contrato decorrente da Ata;
- c) Pedido formal do fornecedor, desde que aceito pelo órgão gerenciador;
- d) Aplicação de penalidade prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Não aceitação de redução de preços decorrente de revisão de mercado; ou
- f) Extinção da pessoa jurídica, falência, dissolução ou incapacidade legal.

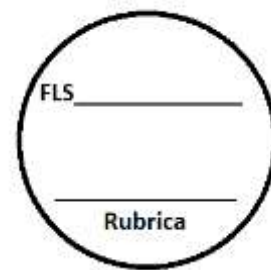
25.3.2. O cancelamento será formalizado por ato administrativo devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

25.3.3. O cancelamento do registro não impedirá a abertura de nova licitação para os mesmos itens, se necessário ao atendimento do interesse público.

25.3.4. O fornecedor que tiver seu registro cancelado poderá sofrer as sanções administrativas cabíveis,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



inclusive impedimento de licitar e contratar com a Administração, conforme previsto nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Da Alteração ou Revogação da Ata

12.4.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada ou alterada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público devidamente justificado, conforme o art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.2. É vedada a inclusão de novos itens ou aumento de quantitativos durante a vigência da Ata, admitindo-se apenas a prorrogação do prazo de vigência, observando o limite máximo de 12 (doze) meses adicionais, com o saldo integral, conforme o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA).

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do processo licitatório poderão aderir à Ata, na condição de órgãos não participantes, conforme o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

13.2. A adesão (“carona”) estará condicionada à vantajosidade da contratação, devendo o órgão ou entidade não participante comprovar que:

- a) Os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- b) A adesão resultará em benefício econômico e eficiência administrativa;
- c) Há justificativa técnica para a utilização da Ata, devidamente fundamentada no processo administrativo próprio.

13.3. A autorização para adesão deverá observar as seguintes etapas:

- a) Solicitação formal do órgão ou entidade interessada, contendo justificativa e planilha de quantitativos;
- b) Anuência do fornecedor registrado, quanto à disponibilidade de fornecimento nas mesmas condições;
- c) Autorização expressa do órgão gerenciador, que avaliará a viabilidade e o impacto sobre o saldo da Ata.

13.4. Após a autorização, o órgão não participante deverá efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, contados da data da autorização, observada a vigência da Ata. O prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, por justificativa fundamentada, dentro do período de validade da Ata.

13.5. O quantitativo máximo a ser adquirido por adesão deverá observar os seguintes limites:

- a) Cada órgão ou entidade não participante poderá contratar até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos de cada item registrado para o órgão gerenciador e participantes;
- b) O total de adesões não poderá ultrapassar o dobro (100%) do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes;
- c) No caso de adesão por órgãos da Administração Pública Federal, aplicar-se-á o limite previsto no art. 32, §2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023, de até 100% por órgão e até o quádruplo do quantitativo registrado, considerando o conjunto de adesões.

13.6. O órgão ou entidade não participante será responsável pela execução, fiscalização e gestão dos contratos decorrentes da adesão, incluindo o acompanhamento de entregas, pagamentos e aplicação de sanções administrativas, comunicando ao órgão gerenciador eventuais ocorrências relevantes.

13.7. A adesão à Ata não gera direito adquirido ao órgão não participante, podendo ser negada ou limitada pelo órgão gerenciador quando houver risco de comprometimento do atendimento às demandas dos participantes originais.

13.8. É vedada a adesão:

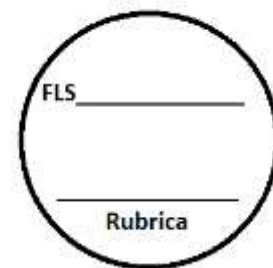
- a) Quando a Ata estiver vencida ou em fase de encerramento;
- b) Quando o objeto da adesão não for compatível com as condições originalmente registradas;

14. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços será exercida pelo órgão ou entidade



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



gerenciadora, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais, a conformidade com as especificações técnicas e a efetividade do fornecimento.

14.2. Compete ao responsável pela fiscalização:

- a) Acompanhar a execução do objeto do contrato, verificando a regularidade do fornecimento de bens, obras ou serviços;
- b) Conferir a quantidade, qualidade e especificações dos itens fornecidos ou serviços prestados;
- c) Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento, registrando ocorrências, irregularidades e providências adotadas;
- d) Solicitar ao fornecedor a regularização de falhas, atrasos ou inadequações, fixando prazos para cumprimento;
- e) Aplicar medidas corretivas e, se necessário, propor sanções administrativas, nos termos da legislação vigente;
- f) Garantir o registro detalhado de todas as ocorrências relativas à execução contratual, assegurando a rastreabilidade e transparência do processo.

14.3. O acompanhamento será realizado de forma contínua, podendo incluir:

- a) Vistoria presencial ou remota dos bens, equipamentos ou serviços;
- b) Conferência de notas fiscais, ordens de fornecimento ou ordens de serviço;
- c) Auditorias técnicas e administrativas periódicas;
- d) Solicitação de documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais.

14.4. O responsável pela fiscalização deverá comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer irregularidade ou descumprimento contratual, propondo as medidas necessárias para correção e preservação do interesse público.

14.5. Fica vedada a transferência das responsabilidades de fiscalização, acompanhamento e controle para terceiros que não possuam competência formal delegada pela Administração Pública.

14.6. Todos os atos de fiscalização, notificações, recomendações e comunicações deverão ser registrados formalmente, garantindo transparência, rastreabilidade e segurança jurídica para eventual tomada de decisão ou aplicação de sanções.

15. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços deverá observar rigorosamente as cláusulas contratuais, as especificações técnicas do objeto e as normas legais vigentes, garantindo a entrega de bens ou a prestação de serviços em conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

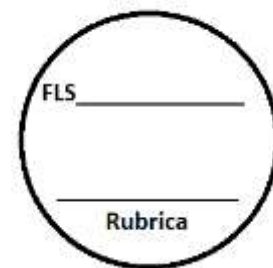
15.2. Compete ao fornecedor:

- a) Cumprir integralmente as obrigações assumidas, atendendo aos prazos, quantidades e especificações definidas no contrato e na Ata de Registro de Preços;
- b) Manter os padrões de qualidade e segurança, de acordo com normas técnicas aplicáveis;
- c) Fornecer informações e documentação sempre que solicitado pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- d) Substituir ou corrigir, sem ônus adicional à Administração, bens ou serviços que apresentem defeitos ou não atendam às especificações;
- e) Comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do contrato.

15.3. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor;
- b) Emitir relatórios periódicos de execução, registrando eventuais falhas, atrasos ou irregularidades;
- c) Determinar medidas corretivas, aplicando sanções quando necessário, nos termos do contrato e da legislação vigente;
- d) Autorizar pagamentos e liberações de valores somente após a comprovação da conformidade dos bens ou serviços fornecidos.

15.4. A execução do contrato deverá respeitar o planejamento orçamentário e financeiro da Administração, considerando a disponibilidade de créditos e o planejamento plurianual, quando aplicável, conforme art. 65 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. A Administração poderá realizar ajustes operacionais e técnicos no decorrer da execução do contrato, mediante termo aditivo, desde que não haja alteração da natureza essencial do objeto, respeitando os limites legais e os princípios da vantajosidade e eficiência.

15.6. A execução deverá ser registrada e documentada de forma formal, precisa e transparente, garantindo a rastreabilidade de todas as atividades, fornecimentos, pagamentos e eventuais ocorrências relacionadas à prestação do serviço ou fornecimento de bens.

16. DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, AUMENTO OU SUPRESSÃO

16.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência expressa do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade e compatibilidade de preços com o mercado, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A Administração poderá realizar alterações quantitativas do objeto durante a vigência do contrato, respeitando os limites legais:

- a) Acréscimo de até 25% do valor inicial do contrato;
- b) Supressão de até 25% do valor inicial do contrato;
- c) Em casos específicos previstos em lei, acréscimos de até 50% do valor inicial podem ser autorizados, mediante justificativa técnica e aprovação da autoridade competente.

16.3. Qualquer aumento ou supressão deverá ser formalizado através de termo aditivo, garantindo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando aplicável.

17. DA RESCISÃO

17.1. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração ou por acordo entre as partes, nas seguintes hipóteses:

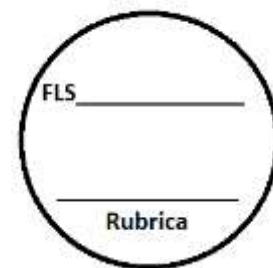
- a) Descumprimento de cláusulas contratuais pelo fornecedor;
- b) Interesse público devidamente justificado;
- c) Caso fortuito ou força maior que impossibilite a execução do contrato;
- d) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial do fornecedor.

17.2. A rescisão será formalizada por ato administrativo motivado, assegurado ao fornecedor o direito ao contraditório e ampla defesa quando couber.

17.3. Em caso de rescisão motivada pelo fornecedor, este deverá garantir a continuidade do fornecimento até a regular transição ou substituição, evitando prejuízo à Administração.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



18. DA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. Será exigida a assinatura eletrônica do contrato mediante uso da certificação digital ICP Brasil da pessoa jurídica E-CNPJ.

18.2. O ÓRGÃO poderá enviar por e-mail ou fisicamente o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

18.3. Caso a licitante não compareça ou assine o contrato no prazo estabelecido, fica o(a) Pregoeiro(a) autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

18.4. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

19. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS

19.1. Para assegurar a eficiência, economicidade e vantajosidade das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, a Administração adotará métodos e estratégias de planejamento, execução e controle compatíveis com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como com as boas práticas de governança aplicáveis às contratações públicas.

19.2. O planejamento do Sistema de Registro de Preços será realizado de forma centralizada, estratégica e orientada por critérios técnicos, visando:

- a) racionalizar as aquisições e evitar contratações fragmentadas ou desnecessárias;
- b) promover ganho de escala decorrente da aquisição conjunta dos materiais;
- c) assegurar maior previsibilidade e transparência na formação dos preços;
- d) otimizar a gestão de estoques e reduzir custos administrativos, logísticos e operacionais para a Administração Pública.

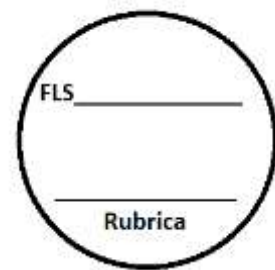
19.3. O fornecimento regular dos materiais de expediente, suprimentos e equipamentos de informática, bem como dos materiais pedagógicos e terapêuticos, permitirá o adequado funcionamento das atividades administrativas e assistenciais desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e por suas unidades vinculadas, garantindo suporte às rotinas institucionais e às ações de atenção à saúde.

19.4. Entre os principais resultados esperados com a presente contratação, destacam-se:

- a) a continuidade das atividades administrativas e assistenciais da rede municipal de saúde, evitando desabastecimento de insumos essenciais ao funcionamento das unidades de saúde;
- b) a melhoria da capacidade operacional dos setores administrativos e técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a disponibilização de materiais e equipamentos adequados ao desenvolvimento das rotinas institucionais;
- c) o fortalecimento das ações multiprofissionais de atenção à saúde, especialmente no atendimento ao público infantil, por meio da utilização de materiais pedagógicos e terapêuticos destinados ao estímulo cognitivo, psicomotor e sensorial;
- d) o adequado funcionamento dos sistemas de informação em saúde, assegurado pela disponibilidade de suprimentos e equipamentos de informática necessários ao registro, processamento e gestão das informações assistenciais e administrativas;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



e) maior eficiência administrativa e racionalização dos recursos públicos, decorrentes do planejamento antecipado das aquisições e da utilização do Sistema de Registro de Preços, evitando contratações emergenciais ou aquisições desnecessárias;

f) fortalecimento da gestão pública municipal, mediante a adoção de práticas de planejamento, controle e monitoramento das contratações, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

19.5. Em síntese, a contratação contribuirá para o fortalecimento da capacidade administrativa e assistencial da rede municipal de saúde, assegurando melhores condições de funcionamento das unidades de saúde e proporcionando suporte adequado às atividades institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, em consonância com os objetivos das políticas públicas de saúde e com os princípios que regem a Administração Pública.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver proposta em especial quando:

b.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

b.4. Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) Fraudar a licitação;

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

f.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

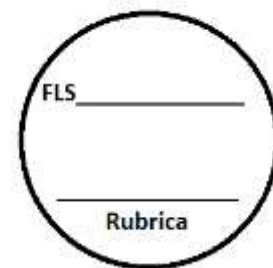
f.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

f.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar;
- d. determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

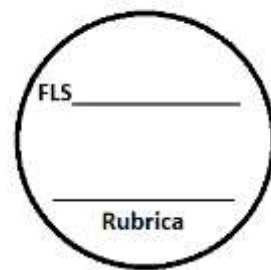
20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

20.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

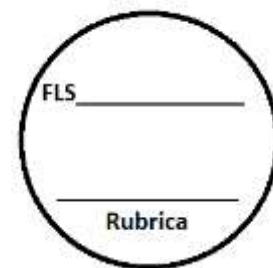
21.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à datada abertura do certame.

21.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Brasil Novo, em dias úteis, no horário



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



de expediente, ou de forma eletrônica através do e-mail licitacaofmsbn@gmail.com o qual deverá receber, examinar e decidir.

21.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

21.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, desde que a alteração editalícia configure modificação nos valores do objeto licitado, caso contrário é desnecessário prolongamento do prazo.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

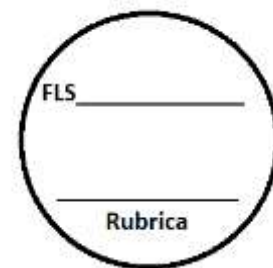
22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://brasilnovo.pa.gov.br/c/licitacoes/>



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



23. DAS PENALIDADES

23.1. O fornecedor estará sujeito às penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das medidas acauteladoras e da responsabilização civil e criminal, podendo incluir:

- 23.1.1. Advertência;
- 23.1.2. Multa proporcional ao valor do contrato;
- 23.1.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- 23.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.2. A aplicação das penalidades será precedida de apuração formal, assegurado o contraditório e ampla defesa.

23.3. O valor das multas será descontado de pagamentos devidos ao fornecedor ou cobrado judicialmente, quando necessário.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O fornecedor declara estar ciente de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e contrato, comprometendo-se a cumpri-las integralmente.

24.2. Qualquer alteração neste instrumento somente terá validade se formalizada através de termo aditivo assinado pelas partes, respeitando os limites legais e as normas aplicáveis.

24.3. Os casos omissos ou situações não previstas neste instrumento serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente, nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

25. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEQUENTES ANEXOS:

- 25.1. Anexo I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar apêndice do anexo I;
- 25.2. Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta;
- 25.3. Anexo III - Modelo de Declaração Conjunta;
- 25.4. Anexo IV- Modelo de Declaração de Enquadramento ME/EPP/MEI;
- 25.5. Anexo V - Modelo de Declaração Anticorrupção;
- 25.6. Anexo VI - Modelo de Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência;
- 25.7. Anexo VII – Minuta de Ata de Registro de Preço;
- 25.8. Anexo VIII - Minuta de Contrato Administrativo;

26. DO FORO

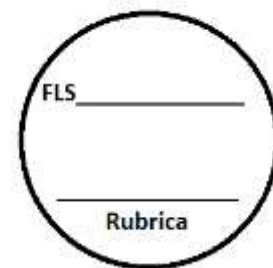
26.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Brasil Novo/PA, com exclusão de qualquer outro.

Brasil Novo/PA, 22 de junho de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 005/2025



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026 FMS

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, visando atender às necessidades de manutenção da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação visa assegurar o regular funcionamento da estrutura administrativa e assistencial da rede municipal de saúde, garantindo a disponibilidade permanente de insumos indispensáveis ao desempenho das atividades institucionais.

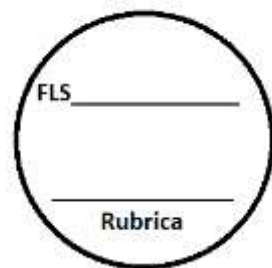
1.3. Os quantitativos estimados encontram-se discriminados na tabela abaixo:

LOTE 1: BROS KS 2009 (84 itens) - Exclusivo ME/EPP

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
1	AGULHA DO PISTONETE COM SEDE	UND	3	R\$ 9,76	R\$ 29,28
2	AMORTECEDOR	UND	4	R\$ 475,00	R\$ 1.900,00
3	ARO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 156,63	R\$ 469,89
4	ARO RODA TRASEIRA	UND	4	R\$ 489,45	R\$ 1.957,80
5	BALANCIM	UND	9	R\$ 358,44	R\$ 3.225,96
6	BATERIA	UND	2	R\$ 505,08	R\$ 1.010,16
7	BIELA	UND	12	R\$ 439,17	R\$ 5.270,04
8	BUCHA BALANÇA	UND	15	R\$ 43,83	R\$ 657,45
9	BUZINA	UND	3	R\$ 88,54	R\$ 265,62
10	CABO ACELERADOR	UND	18	R\$ 106,61	R\$ 1.918,98
11	CABO EMBREAGEM	UND	18	R\$ 114,40	R\$ 2.059,20
12	CABO FREIO	UND	15	R\$ 61,49	R\$ 922,35
13	CABO VELOCIMETRO	UND	18	R\$ 51,62	R\$ 929,16
14	CACHIMBO VELA	UND	21	R\$ 31,67	R\$ 665,07
15	CAPA DE BANCO	UND	15	R\$ 20,47	R\$ 307,05
16	CARENAGEM FAROL	UND	3	R\$ 319,67	R\$ 959,01
17	CDI	UND	6	R\$ 119,17	R\$ 715,02
18	CHAVE DE LUZ	UND	3	R\$ 134,74	R\$ 404,22



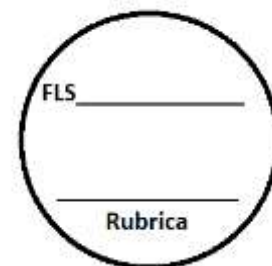
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



19	COLETOR ADMISSÃO	UND	6	R\$ 29,62	R\$ 177,72
20	CORRENTE COMANDO	UND	6	R\$ 76,06	R\$ 456,36
21	CUBO EMBREAGEM	UND	12	R\$ 70,59	R\$ 847,08
22	CUBO RODA DIANTEIRA	UND	9	R\$ 188,97	R\$ 1.700,73
23	CUBO RODA TRASEIRA	UND	4	R\$ 272,02	R\$ 1.088,08
24	DISCO EMBREAGEM	Jogos	15	R\$ 174,90	R\$ 2.623,50
25	EIXO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 32,41	R\$ 97,23
26	EIXO RODA TRASEIRA	UND	3	R\$ 32,06	R\$ 96,18
27	EIXO SELETOR (MACHA)	UND	3	R\$ 44,78	R\$ 134,34
28	EIXO SECUNDÁRIO (PINHÃO)	UND	3	R\$ 68,94	R\$ 206,82
29	ELEMENTOR FILTRO AR	UND	12	R\$ 23,05	R\$ 276,60
30	ESCAPAMENTO	UND	6	R\$ 292,33	R\$ 1.753,98
31	ESCOVA MOTOR PARTIDA	UND	9	R\$ 40,87	R\$ 367,83
32	ESPELHO FREIO DIANTEIRO	UND	3	R\$ 123,67	R\$ 371,01
33	ESPELHO FREIO TRASEIRO	UND	3	R\$ 157,67	R\$ 473,01
34	ESPELHO RETROVISOR	Pares	12	R\$ 96,95	R\$ 1.163,40
35	ESTATOR	UND	6	R\$ 206,06	R\$ 1.236,36
36	ESTICADOR CORRENTE TRANSMISSÃO	UND	6	R\$ 33,12	R\$ 198,72
37	FAROL (BLOCO OPTICO)	UND	3	R\$ 228,33	R\$ 684,99
38	FIAÇÃO PRINCIPAL	UND	6	R\$ 314,72	R\$ 1.888,32
39	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	6	R\$ 48,00	R\$ 288,00
40	GUARNIÇÃO TAMPA VÁLVULA	UND	15	R\$ 27,92	R\$ 418,80
41	GUIA CORRENTE TRANSMISSÃO	UND	12	R\$ 28,33	R\$ 339,96
42	GUIA DE VÁLVULA	UND	9	R\$ 31,11	R\$ 279,99
43	IGNIÇÃO	UND	6	R\$ 136,24	R\$ 817,44
44	JG JUNTAS MOTOR	UND	9	R\$ 40,08	R\$ 360,72
45	JG RAIO DIANTEIRO	Jogos	6	R\$ 49,73	R\$ 298,38
46	JG RAIO TRASEIRO	Jogos	9	R\$ 53,58	R\$ 482,22
47	KIT BUCHA AMORTECEDOR	Kits	12	R\$ 51,64	R\$ 619,68
48	KIT CORRENTE, COROA E PINHÃO	Kits	15	R\$ 206,93	R\$ 3.103,95
49	KIT MOTOR (CILINDRO, PISTÃO E ANEIS)	Kits	9	R\$ 330,00	R\$ 2.970,00
50	LAMPADA DO FAROL	UND	18	R\$ 12,09	R\$ 217,62
51	LAMPADA DO FREIO	UND	24	R\$ 9,66	R\$ 231,84
52	LAMPADA DO PAINEL	UND	12	R\$ 8,33	R\$ 99,96
53	LAMPADA DO PISCA	UND	18	R\$ 13,94	R\$ 250,92
54	LENTE PISCA	UND	30	R\$ 31,50	R\$ 945,00
55	MANETE EMBREAGEM	UND	21	R\$ 20,33	R\$ 426,93



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



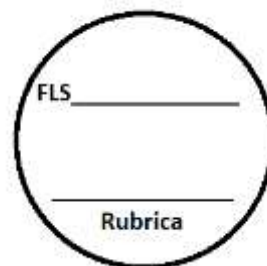
56	MANETE FREIO	UND	21	R\$ 41,67	R\$ 875,07
57	MANICO DIREITO	UND	3	R\$ 29,49	R\$ 88,47
58	MANOPLA (LUVA GUIDÃO)	Pares	12	R\$ 35,95	R\$ 431,40
59	PATIM DE FREIO DIANTEIRO	UND	24	R\$ 35,29	R\$ 846,96
60	PATIM DE FREIO TRASEIRO	UND	30	R\$ 33,05	R\$ 991,50
61	PEDAL CAMBIO	UND	15	R\$ 29,04	R\$ 435,60
62	PEDAL PARTIDA	UND	4	R\$ 32,54	R\$ 130,16
63	PISCA MODELO ORIGINAL	UND	33	R\$ 28,96	R\$ 955,68
64	PROTETOR DIANTEIRO	UND	6	R\$ 258,76	R\$ 1.552,56
65	REFIL BOMBA COMBUSTIVEL	UND	3	R\$ 183,27	R\$ 549,81
66	RELE PARTIDA	UND	9	R\$ 62,67	R\$ 564,03
67	RELE PISCA	UND	12	R\$ 67,68	R\$ 812,16
68	RETENTOR BENGALA	UND	27	R\$ 23,50	R\$ 634,50
69	RETENTOR EIXO PINHÃO	UND	24	R\$ 14,66	R\$ 351,84
70	RETENTOR EMBREAGEM	UND	15	R\$ 19,00	R\$ 285,00
71	RETENTOR RODA DIANTEIRA	UND	12	R\$ 48,44	R\$ 581,28
72	RETENTOR RODA TRASEIRA	UND	12	R\$ 14,63	R\$ 175,56
73	RETENTOR VALVULA	UND	12	R\$ 41,70	R\$ 500,40
74	ROLAMENTO BALANÇA	UND	24	R\$ 69,20	R\$ 1.660,80
75	ROLAMENTO CONICO DIREÇÃO	Jogos	33	R\$ 66,31	R\$ 2.188,23
76	ROLAMENTO DIANTEIRO	Pares	39	R\$ 38,97	R\$ 1.519,83
77	ROLAMENTO TRASEIRO	Pares	33	R\$ 47,35	R\$ 1.562,55
78	ROLAMENTO VIRABREQUIM	UND	6	R\$ 49,62	R\$ 297,72
79	SANFONA BENGALA	UND	12	R\$ 58,08	R\$ 696,96
80	TUBO INTERNO (BENGALA)	UND	12	R\$ 142,63	R\$ 1.711,56
81	VÁLVULA ADMISSÃO	UND	18	R\$ 94,86	R\$ 1.707,48
82	VÁLVULA ESCAPE	UND	18	R\$ 132,32	R\$ 2.381,76
83	VELA MOTOR	UND	18	R\$ 35,44	R\$ 637,92
84	Cópia de AGULHA DO PISTONETE COM SEDE	UND	3	R\$ 106,43	R\$ 319,29
Valor Total Estimado do Lote 1:					R\$ 77.106,01

LOTE 2: CROSSER ESD 2021/2022 (84 itens) - Exclusivo ME/EPP

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
1	AMORTECEDOR	UND	15	R\$ 321,87	R\$ 4.828,05
2	ARO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 534,46	R\$ 1.603,38



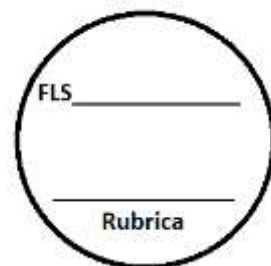
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



3	ARO RODA TRASEIRA	UND	12	R\$ 368,04	R\$ 4.416,48
4	BALANCIM	UND	9	R\$ 170,77	R\$ 1.536,93
5	BATERIA	UND	9	R\$ 203,34	R\$ 1.830,06
6	BIELA	UND	12	R\$ 112,20	R\$ 1.346,40
7	BUCHA BALANÇA	UND	15	R\$ 96,31	R\$ 1.444,65
8	BUZINA	UND	3	R\$ 87,66	R\$ 262,98
9	CABO ACELERADOR	UND	18	R\$ 46,09	R\$ 829,62
10	CABO EMBREAGEM	UND	18	R\$ 82,82	R\$ 1.490,76
11	CABO FREIO	UND	15	R\$ 26,44	R\$ 396,60
12	CABO VELOCIMETRO	UND	18	R\$ 41,99	R\$ 755,82
13	CACHIMBO VELA	UND	21	R\$ 25,00	R\$ 525,00
14	CAPA DE BANCO	UND	15	R\$ 51,67	R\$ 775,05
15	CARENAGEM FAROL	UND	3	R\$ 82,34	R\$ 247,02
16	CDI	UND	6	R\$ 112,50	R\$ 675,00
17	CHAVE DE LUZ	UND	3	R\$ 39,73	R\$ 119,19
18	COLETOR ADMISSÃO	UND	6	R\$ 257,53	R\$ 1.545,18
19	CORRENTE COMANDO	UND	6	R\$ 136,08	R\$ 816,48
20	CUBO EMBREAGEM	UND	12	R\$ 65,63	R\$ 787,56
21	CUBO RODA DIANTEIRA	UND	9	R\$ 133,36	R\$ 1.200,24
22	CUBO RODA TRASEIRA	UND	15	R\$ 272,02	R\$ 4.080,30
23	DISCO EMBREAGEM	Jogos	15	R\$ 335,60	R\$ 5.034,00
24	EIXO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 56,14	R\$ 168,42
25	EIXO RODA TRASEIRA	UND	3	R\$ 36,44	R\$ 109,32
26	EIXO SELETOR (MACHA)	UND	3	R\$ 26,14	R\$ 78,42
27	EIXO SECUNDÁRIO (PINHÃO)	UND	3	R\$ 65,14	R\$ 195,42
28	ELEMENTO FILTRO AR	UND	12	R\$ 19,53	R\$ 234,36
29	ESCAPAMENTO	UND	6	R\$ 200,67	R\$ 1.204,02
30	ESCOVA MOTOR PARTIDA	UND	9	R\$ 64,10	R\$ 576,90
31	ESPELHO FREIO DIANTEIRO	UND	3	R\$ 139,32	R\$ 417,96
32	ESPELHO FREIO TRASEIRO	UND	3	R\$ 134,30	R\$ 402,90
33	ESPELHO RETROVISOR	Pares	12	R\$ 104,23	R\$ 1.250,76
34	ESTATOR	UND	6	R\$ 61,94	R\$ 371,64
35	ESTICADOR CORRENTE TRANSMISSÃO	UND	6	R\$ 18,86	R\$ 113,16
36	FAROL (BLOCO OPTICO)	UND	3	R\$ 64,94	R\$ 194,82
37	FIAÇÃO PRINCIPAL	UND	6	R\$ 173,06	R\$ 1.038,36
38	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	6	R\$ 80,70	R\$ 484,20
39	GUARNIÇÃO TAMPA VÁLVULA	UND	15	R\$ 27,92	R\$ 418,80
40	GUIA CORRENTE TRANSMISSÃO	UND	12	R\$ 95,33	R\$ 1.143,96



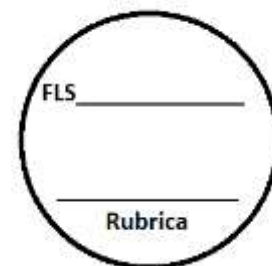
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



41	GUIA DE VÁLVULA	UND	9	R\$ 22,62	R\$ 203,58
42	IGNIÇÃO	UND	6	R\$ 185,20	R\$ 1.111,20
43	JG JUNTAS MOTOR	UND	9	R\$ 186,40	R\$ 1.677,60
44	JG RAO DIANTEIRO	Jogos	6	R\$ 46,96	R\$ 281,76
45	JG RAO TRASEIRO	Jogos	9	R\$ 47,92	R\$ 431,28
46	KIT CORRENTE, COROA E PINHÃO	Kits	15	R\$ 162,50	R\$ 2.437,50
47	KIT BUCHA AMORTECEDOR	Kits	12	R\$ 47,21	R\$ 566,52
48	KIT MOTOR (CILINDRO, PISTÃO E ANEIS)	Kits	9	R\$ 251,33	R\$ 2.261,97
49	LAMPADA DO FAROL	UND	18	R\$ 21,55	R\$ 387,90
50	LAMPADA DO FREIO	UND	24	R\$ 15,66	R\$ 375,84
51	LAMPADA DO PAINEL	UND	12	R\$ 5,23	R\$ 62,76
52	LAMPADA DO PISCA	UND	18	R\$ 12,37	R\$ 222,66
53	LENTE PISCA	UND	30	R\$ 20,90	R\$ 627,00
54	MANETE EMBREAGEM	UND	21	R\$ 20,33	R\$ 426,93
55	MANETE FREIO	UND	21	R\$ 26,33	R\$ 552,93
56	MANICO DIREITO	UND	3	R\$ 28,76	R\$ 86,28
57	MANICO ESQUERDO	UND	3	R\$ 25,24	R\$ 75,72
58	MANOPLA (LUVA GUIDÃO)	Pares	12	R\$ 35,76	R\$ 429,12
59	PATIM DE FREIO DIANTEIRO	UND	24	R\$ 35,29	R\$ 846,96
60	PATIM DE FREIO TRASEIRO	UND	30	R\$ 65,00	R\$ 1.950,00
61	PEDAL CAMBIO	UND	15	R\$ 26,04	R\$ 390,60
62	PEDAL PARTIDA	UND	4	R\$ 45,97	R\$ 183,88
63	PISCA MODELO ORIGINAL	UND	33	R\$ 34,82	R\$ 1.149,06
64	PROTETOR DIANTEIRO	UND	6	R\$ 46,07	R\$ 276,42
65	REFIL BOMBA COMBUSTIVEL	UND	3	R\$ 109,74	R\$ 329,22
66	RELE PARTIDA	UND	9	R\$ 60,00	R\$ 540,00
67	RELE PISCA	UND	12	R\$ 66,91	R\$ 802,92
68	RETENTOR BENGALA	UND	27	R\$ 26,44	R\$ 713,88
69	RETENTOR EIXO PINHÃO	UND	24	R\$ 12,94	R\$ 310,56
70	RETENTOR EMBREAGEM	UND	15	R\$ 24,00	R\$ 360,00
71	RETENTOR RODA DIANTEIRA	UND	12	R\$ 50,68	R\$ 608,16
72	RETENTOR RODA TRASEIRA	UND	12	R\$ 37,78	R\$ 453,36
73	RETENTOR VALVULA	UND	12	R\$ 9,30	R\$ 111,60
74	ROLAMENTO BALANÇA	UND	24	R\$ 15,28	R\$ 366,72
75	ROLAMENTO CONICO DIREÇÃO	Jogos	33	R\$ 38,74	R\$ 1.278,42
76	ROLAMENTO DIANTEIRO	Pares	39	R\$ 22,00	R\$ 858,00
77	ROLAMENTO TRASEIRO	Pares	33	R\$ 24,67	R\$ 814,11



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



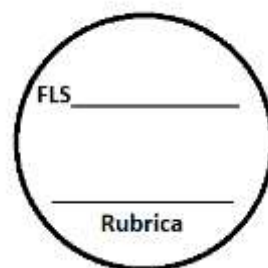
78	ROLAMENTO VIRABREQUIM	UND	6	R\$ 25,00	R\$ 150,00
79	SANFONA BENGALA	UND	12	R\$ 49,98	R\$ 599,76
80	TUBO INTERNO (BENGALA)	UND	12	R\$ 86,87	R\$ 1.042,44
81	VÁLVULA ADMISSÃO	UND	18	R\$ 51,33	R\$ 923,94
82	VÁLVULA ESCAPE	UND	18	R\$ 34,26	R\$ 616,68
83	VÁLVULA PRESSÃO	UND	9	R\$ 89,56	R\$ 806,04
84	VELA MOTOR	UND	18	R\$ 37,83	R\$ 680,94
Valor Total Estimado do Lote 2:					R\$ 74.332,39

LOTE 3: BROS ES 2015/2016 (85 itens) - Exclusivo ME/EPP

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
1	AMORTECEDOR	UND	15	R\$ 501,67	R\$ 7.525,05
2	ARO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 340,59	R\$ 1.021,77
3	ARO RODA TRASEIRA	UND	12	R\$ 398,34	R\$ 4.780,08
4	BALANCIM	UND	9	R\$ 146,76	R\$ 1.320,84
5	BATERIA	UND	9	R\$ 186,04	R\$ 1.674,36
6	BIELA	UND	12	R\$ 193,33	R\$ 2.319,96
7	BUCHA BALANÇA	UND	15	R\$ 100,13	R\$ 1.501,95
8	BUZINA	UND	3	R\$ 19,22	R\$ 57,66
9	CABO ACELERADOR	UND	18	R\$ 19,97	R\$ 359,46
10	CABO EMBREAGEM	UND	18	R\$ 22,67	R\$ 408,06
11	CABO FREIO	UND	15	R\$ 26,67	R\$ 400,05
12	CABO VELOCIMETRO	UND	18	R\$ 31,15	R\$ 560,70
13	CACHIMBO VELA	UND	21	R\$ 26,37	R\$ 553,77
14	CAPA DE BANCO	UND	15	R\$ 40,79	R\$ 611,85
15	CARENAGEM FAROL	UND	3	R\$ 176,22	R\$ 528,66
16	CDI	UND	6	R\$ 381,43	R\$ 2.288,58
17	CHAVE DE LUZ	UND	3	R\$ 106,40	R\$ 319,20
18	COLETOR ADMISSÃO	UND	6	R\$ 56,87	R\$ 341,22
19	CORRENTE COMANDO	UND	6	R\$ 66,04	R\$ 396,24
20	CUBO EMBREAGEM	UND	12	R\$ 125,26	R\$ 1.503,12
21	CUBO RODA DIANTEIRA	UND	9	R\$ 133,36	R\$ 1.200,24
22	CUBO RODA TRASEIRA	UND	15	R\$ 272,02	R\$ 4.080,30
23	DISCO EMBREAGEM	Jogos	15	R\$ 186,44	R\$ 2.796,60
24	EIXO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 39,21	R\$ 117,63



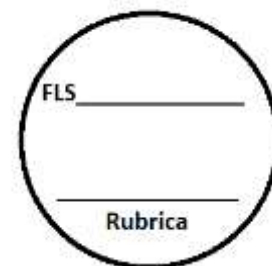
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



25	EIXO RODA TRASEIRA	UND	3	R\$ 53,44	R\$ 160,32
26	EIXO SELETOR (MACHA)	UND	3	R\$ 94,31	R\$ 282,93
27	EIXO SECUNDÁRIO (PINHÃO)	UND	3	R\$ 65,14	R\$ 195,42
28	ELEMENTOR FILTRO AR	UND	12	R\$ 36,20	R\$ 434,40
29	ESCAPAMENTO	UND	6	R\$ 393,00	R\$ 2.358,00
30	ESCOVA MOTOR PARTIDA	UND	9	R\$ 46,97	R\$ 422,73
31	ESPELHO FREIO DIANTEIRO	UND	3	R\$ 146,35	R\$ 439,05
32	ESPELHO FREIO TRASEIRO	UND	3	R\$ 145,84	R\$ 437,52
33	ESPELHO RETROVISOR	Pares	12	R\$ 27,52	R\$ 330,24
34	ESTATOR	UND	6	R\$ 35,82	R\$ 214,92
35	ESTICADOR CORRENTE TRANSMISSÃO	UND	6	R\$ 24,08	R\$ 144,48
36	FAROL (BLOCO OPTICO)	UND	3	R\$ 163,28	R\$ 489,84
37	FIAÇÃO PRINCIPAL	UND	6	R\$ 173,06	R\$ 1.038,36
38	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	6	R\$ 15,42	R\$ 92,52
39	GUARNIÇÃO TAMPA VÁLVULA	UND	15	R\$ 30,75	R\$ 461,25
40	GUIA CORRENTE TRANSMISSÃO	UND	12	R\$ 31,66	R\$ 379,92
41	GUIA DE VÁLVULA	UND	9	R\$ 30,29	R\$ 272,61
42	IGNIÇÃO	UND	6	R\$ 83,69	R\$ 502,14
43	JG JUNTAS MOTOR	UND	9	R\$ 43,61	R\$ 392,49
44	JG RAO DIANTEIRO	Jogos	6	R\$ 49,64	R\$ 297,84
45	JG RAO TRASEIRO	Jogos	9	R\$ 47,92	R\$ 431,28
46	KIT BUCHA AMORTECEDOR	Kits	12	R\$ 51,49	R\$ 617,88
47	KIT CORRENTE, COROA E PINHÃO	Kits	15	R\$ 188,98	R\$ 2.834,70
48	KIT MOTOR (CILINDRO, PISTÃO E ANEIS)	Kits	9	R\$ 224,75	R\$ 2.022,75
49	LAMEIRA	UND	12	R\$ 38,67	R\$ 464,04
50	LAMPADA DO FAROL	UND	18	R\$ 10,09	R\$ 181,62
51	LAMPADA DO FREIO	UND	24	R\$ 5,72	R\$ 137,28
52	LAMPADA DO PAINEL	UND	12	R\$ 7,90	R\$ 94,80
53	LAMPADA DO PISCA	UND	18	R\$ 7,94	R\$ 142,92
54	LENTE PISCA	UND	30	R\$ 34,88	R\$ 1.046,40
55	MANETE EMBREAGEM	UND	21	R\$ 35,40	R\$ 743,40
56	MANETE FREIO	UND	21	R\$ 38,00	R\$ 798,00
57	MANICOTO (direito e esquerdo)	UND	6	R\$ 32,72	R\$ 196,32
58	MANOPLA (LUVA GUIDÃO)	Pares	12	R\$ 40,27	R\$ 483,24
59	PATIM DE FREIO DIANTEIRO	UND	24	R\$ 35,29	R\$ 846,96
60	PATIM DE FREIO TRASEIRO	UND	30	R\$ 71,67	R\$ 2.150,10
61	PEDAL CAMBIO	UND	15	R\$ 26,04	R\$ 390,60



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



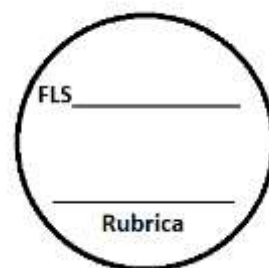
62	PEDAL PARTIDA	UND	4	R\$ 53,30	R\$ 213,20
63	PISCA MODELO ORIGINAL	UND	33	R\$ 33,63	R\$ 1.109,79
64	PROTETOR DIANTEIRO	UND	6	R\$ 347,17	R\$ 2.083,02
65	REFIL BOMBA COMBUSTIVEL	UND	3	R\$ 76,43	R\$ 229,29
66	RELE PARTIDA	UND	9	R\$ 61,00	R\$ 549,00
67	RELE PISCA	UND	12	R\$ 64,34	R\$ 772,08
68	RETENTOR BENGALA	UND	27	R\$ 26,83	R\$ 724,41
69	RETENTOR EIXO PINHÃO	UND	24	R\$ 12,94	R\$ 310,56
70	RETENTOR EMBREAGEM	UND	15	R\$ 19,00	R\$ 285,00
71	RETENTOR RODA DIANTEIRA	UND	12	R\$ 49,43	R\$ 593,16
72	RETENTOR RODA TRASEIRA	UND	12	R\$ 40,80	R\$ 489,60
73	RETENTOR VALVULA	UND	12	R\$ 11,39	R\$ 136,68
74	ROLAMENTO BALANÇA	UND	24	R\$ 15,28	R\$ 366,72
75	ROLAMENTO CONICO DIREÇÃO	Jogos	33	R\$ 16,28	R\$ 537,24
76	ROLAMENTO DIANTEIRO	Pares	39	R\$ 23,67	R\$ 923,13
77	ROLAMENTO TRASEIRO	Pares	33	R\$ 24,67	R\$ 814,11
78	ROLAMENTO VIRABREQUIM	UND	6	R\$ 25,67	R\$ 154,02
79	SANFONA BENGALA	UND	12	R\$ 32,42	R\$ 389,04
80	TUBO INTERNO (BENGALA)	UND	12	R\$ 137,98	R\$ 1.655,76
81	VÁLVULA ADMISSÃO	UND	18	R\$ 38,51	R\$ 693,18
82	VÁLVULA ESCAPE	UND	18	R\$ 29,60	R\$ 532,80
83	VÁLVULA PRESSÃO	UND	9	R\$ 105,87	R\$ 952,83
84	VELA MOTOR	UND	18	R\$ 37,83	R\$ 680,94
85	Cópia de AGULHA DO PISTONETE COM SEDE	UND	3	R\$ 106,43	R\$ 319,29
Valor Total Estimado do Lote 3:					R\$ 75.111,47

LOTE 4: BROS ESD 2019 (77 itens) - Exclusivo ME/EPP

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
1	AMORTECEDOR	UND	15	R\$ 501,67	R\$ 7.525,05
2	ARO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 131,00	R\$ 393,00
3	ARO RODA TRASEIRA	UND	12	R\$ 139,33	R\$ 1.671,96
4	BALANCIM	UND	9	R\$ 211,57	R\$ 1.904,13
5	BATERIA	UND	9	R\$ 186,04	R\$ 1.674,36



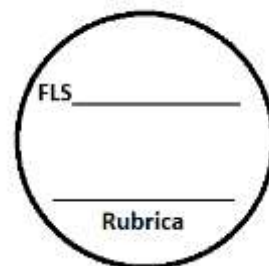
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



6	BIELA	UND	12	R\$ 149,99	R\$ 1.799,88
7	BUCHA BALANÇA	UND	15	R\$ 72,67	R\$ 1.090,05
8	BUZINA	UND	3	R\$ 26,26	R\$ 78,78
9	CABO ACELERADOR	UND	18	R\$ 41,00	R\$ 738,00
10	CABO EMBREAGEM	UND	18	R\$ 32,00	R\$ 576,00
11	CABO FREIO	UND	15	R\$ 16,55	R\$ 248,25
12	CABO VELOCIMETRO	UND	18	R\$ 19,73	R\$ 355,14
13	CACHIMBO VELA	UND	21	R\$ 23,64	R\$ 496,44
14	CAPA DE BANCO	UND	15	R\$ 49,11	R\$ 736,65
15	CARENAGEM FAROL	UND	3	R\$ 135,47	R\$ 406,41
16	CDI	UND	6	R\$ 318,09	R\$ 1.908,54
17	CHAVE DE LUZ	UND	3	R\$ 138,23	R\$ 414,69
18	COLETOR ADMISSÃO	UND	6	R\$ 32,00	R\$ 192,00
19	CORRENTE COMANDO	UND	6	R\$ 103,33	R\$ 619,98
20	CUBO EMBREAGEM	UND	12	R\$ 48,60	R\$ 583,20
21	CUBO RODA DIANTEIRA	UND	9	R\$ 205,28	R\$ 1.847,52
22	CUBO RODA TRASEIRA	UND	15	R\$ 340,73	R\$ 5.110,95
23	DISCO EMBREAGEM	Jogos	15	R\$ 155,11	R\$ 2.326,65
24	EIXO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 32,29	R\$ 96,87
25	EIXO RODA TRASEIRA	UND	3	R\$ 32,29	R\$ 96,87
26	EIXO SELETOR (MACHA)	UND	3	R\$ 44,78	R\$ 134,34
27	EIXO SECUNDARIO (PINHÃO)	UND	3	R\$ 69,77	R\$ 209,31
28	ELEMENTOR FILTRO AR	UND	12	R\$ 12,32	R\$ 147,84
29	ESCAPAMENTO	UND	6	R\$ 297,00	R\$ 1.782,00
30	ESCOVA MOTOR PARTIDA	UND	9	R\$ 40,87	R\$ 367,83
31	ESPELHO FREIO DIANTEIRO	UND	3	R\$ 179,81	R\$ 539,43
32	ESPELHO FREIO TRASEIRO	UND	3	R\$ 214,74	R\$ 644,22
33	ESPELHO RETROVISOR	Pares	12	R\$ 45,00	R\$ 540,00
34	ESTATOR	UND	6	R\$ 231,06	R\$ 1.386,36
35	ESTICADOR CORRENTE TRANSMISSÃO	UND	6	R\$ 33,12	R\$ 198,72
36	FAROL (BLOCO OPTICO)	UND	3	R\$ 191,99	R\$ 575,97
37	FIAÇÃO PRINCIPAL	UND	6	R\$ 166,35	R\$ 998,10
38	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	6	R\$ 22,45	R\$ 134,70
39	GUARNIÇÃO TAMPA VÁLVULA	UND	15	R\$ 30,75	R\$ 461,25
40	GUIA CORRENTE TRANSMISSÃO	UND	12	R\$ 43,33	R\$ 519,96
41	GUIA DE VÁLVULA	UND	9	R\$ 23,20	R\$ 208,80
42	IGNIÇÃO	UND	6	R\$ 165,07	R\$ 990,42
43	JG JUNTAS MOTOR	UND	9	R\$ 63,55	R\$ 571,95



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

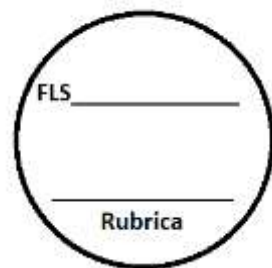


44	JG RAO TRASEIRO	Jogos	9	R\$ 47,92	R\$ 431,28
45	KIT BUCHA AMORTECEDOR	Kits	12	R\$ 54,21	R\$ 650,52
46	JG RAO DIANTEIRO	Jogos	6	R\$ 47,40	R\$ 284,40
47	KIT CORRENTE, COROA E PINHÃO	Kits	15	R\$ 173,47	R\$ 2.602,05
48	KIT MOTOR (CILINDRO, PISTÃO E ANEIS)	Kits	9	R\$ 278,33	R\$ 2.504,97
49	LAMPADA DO FAROL	UND	18	R\$ 10,42	R\$ 187,56
50	LAMPADA DO FREIO	UND	24	R\$ 5,10	R\$ 122,40
51	LAMPADA DO PAINEL	UND	12	R\$ 10,67	R\$ 128,04
52	LAMPADA DO PISCA	UND	18	R\$ 11,60	R\$ 208,80
53	LENTE PISCA	UND	30	R\$ 12,90	R\$ 387,00
54	MANETE EMBREAGEM	UND	21	R\$ 27,33	R\$ 573,93
55	MANETE FREIO	UND	21	R\$ 26,33	R\$ 552,93
56	MANICOTO	UND	3	R\$ 38,61	R\$ 115,83
57	MANOPLA (LUVA GUIDÃO)	Pares	12	R\$ 18,86	R\$ 226,32
58	PATIM DE FREIO DIANTEIRO	UND	24	R\$ 35,29	R\$ 846,96
59	PATIM DE FREIO TRASEIRO	UND	30	R\$ 36,94	R\$ 1.108,20
60	PEDAL CAMBIO	UND	15	R\$ 54,57	R\$ 818,55
61	PEDAL PARTIDA	UND	4	R\$ 37,07	R\$ 148,28
62	PISCA MODELO ORIGINAL	UND	33	R\$ 23,30	R\$ 768,90
63	PROTETOR DIANTEIRO	UND	6	R\$ 292,26	R\$ 1.753,56
64	REFIL BOMBA COMBUSTIVEL	UND	3	R\$ 88,46	R\$ 265,38
65	RELE PARTIDA	UND	9	R\$ 66,67	R\$ 600,03
66	RELE PISCA	UND	12	R\$ 15,00	R\$ 180,00
67	RETENTOR BENGALA	UND	27	R\$ 29,33	R\$ 791,91
68	RETENTOR EIXO PINHÃO	UND	24	R\$ 49,61	R\$ 1.190,64
69	RETENTOR EMBREAGEM	UND	15	R\$ 24,00	R\$ 360,00
70	RETENTOR RODA DIANTEIRA	UND	12	R\$ 49,43	R\$ 593,16
71	RETENTOR RODA TRASEIRA	UND	12	R\$ 63,76	R\$ 765,12
72	RETENTOR VALVULA	UND	12	R\$ 9,30	R\$ 111,60
73	ROLAMENTO BALANÇA	UND	24	R\$ 18,35	R\$ 440,40
74	ROLAMENTO CONICO DIREÇÃO	Jogos	33	R\$ 19,66	R\$ 648,78
75	ROLAMENTO DIANTEIRO	Pares	39	R\$ 18,00	R\$ 702,00
76	ROLAMENTO TRASEIRO	Pares	33	R\$ 21,40	R\$ 706,20
77	ROLAMENTO VIRABREQUIM	UND	6	R\$ 20,67	R\$ 124,02
Valor Total Estimado do Lote 4:					R\$ 65.202,29

LOTE 5: BROS KS 2011 (86 itens) - Exclusivo ME/EPP



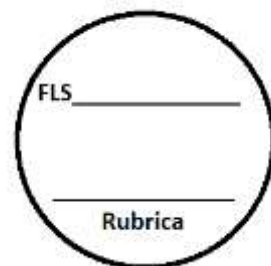
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Item	Nome	Unidade	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
1	AMORTECEDOR	UND	2	R\$ 617,15	R\$ 1.234,30
2	ARO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 196,63	R\$ 589,89
3	ARO RODA TRASEIRA	UND	2	R\$ 269,00	R\$ 538,00
4	BALANCIM	UND	2	R\$ 184,33	R\$ 368,66
5	BATERIA	UND	2	R\$ 221,71	R\$ 443,42
6	BIELA	UND	4	R\$ 394,28	R\$ 1.577,12
7	BUCHA BALANÇA	UND	4	R\$ 99,67	R\$ 398,68
8	BUZINA	UND	3	R\$ 131,33	R\$ 393,99
9	CABO ACELERADOR	UND	2	R\$ 99,67	R\$ 199,34
10	CABO EMBREAGEM	UND	2	R\$ 118,20	R\$ 236,40
11	CABO FREIO	UND	2	R\$ 255,00	R\$ 510,00
12	CABO VELOCIMETRO	UND	2	R\$ 104,29	R\$ 208,58
13	CACHIMBO VELA	UND	4	R\$ 23,51	R\$ 94,04
14	CAPA DE BANCO	UND	4	R\$ 44,90	R\$ 179,60
15	CARBURADOR	UND	3	R\$ 227,74	R\$ 683,22
16	CARENAGEM FAROL	UND	3	R\$ 285,19	R\$ 855,57
17	CDI	UND	2	R\$ 302,26	R\$ 604,52
18	CHAVE DE LUZ	UND	3	R\$ 284,80	R\$ 854,40
19	COLETOR ADMISSÃO	UND	2	R\$ 474,20	R\$ 948,40
20	CORRENTE COMANDO	UND	2	R\$ 115,41	R\$ 230,82
21	CUBO EMBREAGEM	UND	2	R\$ 340,23	R\$ 680,46
22	CUBO RODA DIANTEIRA	UND	2	R\$ 165,61	R\$ 331,22
23	CUBO RODA TRASEIRA	UND	2	R\$ 399,69	R\$ 799,38
24	DISCO EMBREAGEM	Jogos	2	R\$ 30,64	R\$ 61,28
25	EIXO RODA DIANTEIRA	UND	3	R\$ 32,29	R\$ 96,87
26	EIXO RODA TRASEIRA	UND	3	R\$ 36,44	R\$ 109,32
27	EIXO SELETOR (MACHA)	UND	3	R\$ 38,64	R\$ 115,92
28	EIXO SECUNDÁRIO (PINHÃO)	UND	3	R\$ 65,14	R\$ 195,42
29	ELEMENTOR FILTRO AR	UND	2	R\$ 68,93	R\$ 137,86
30	ESCAPAMENTO	UND	1	R\$ 228,33	R\$ 228,33
31	ESCOVA MOTOR PARTIDA	UND	2	R\$ 60,71	R\$ 121,42
32	ESPELHO FREIO DIANTEIRO	UND	3	R\$ 139,32	R\$ 417,96
33	ESPELHO FREIO TRASEIRO	UND	3	R\$ 139,32	R\$ 417,96
34	ESPELHO RETROVISOR	Pares	2	R\$ 24,98	R\$ 49,96
35	ESTATOR	UND	2	R\$ 211,06	R\$ 422,12



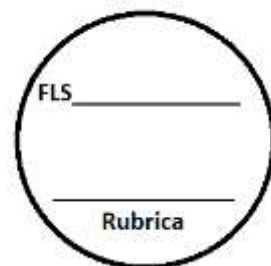
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



36	ESTICADOR CORRENTE TRASSMISSÃO	UND	2	R\$ 18,86	R\$ 37,72
37	FAROL (BLOCO OPTICO)	UND	3	R\$ 69,66	R\$ 208,98
38	FIAÇÃO PRINCIPAL	UND	2	R\$ 203,37	R\$ 406,74
39	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	4	R\$ 31,00	R\$ 124,00
40	GUARNIÇÃO TAMPA VÁLVULA	UND	2	R\$ 28,39	R\$ 56,78
41	GUIA CORRENTE TRASSMISSÃO	UND	2	R\$ 95,33	R\$ 190,66
42	GUIA DE VÁLVULA	UND	2	R\$ 22,62	R\$ 45,24
43	IGNIÇÃO	UND	2	R\$ 176,38	R\$ 352,76
44	JG JUNTAS MOTOR	UND	2	R\$ 95,26	R\$ 190,52
45	JG RAO DIANTEIRO	Jogos	2	R\$ 49,64	R\$ 99,28
46	JG RAO TRASEIRO	Jogos	2	R\$ 47,92	R\$ 95,84
47	KIT BUCHA AMORTECEDOR	Kits	4	R\$ 44,19	R\$ 176,76
48	KIT CORRENTE, COROA E PINHÃO	Kits	15	R\$ 196,93	R\$ 2.953,95
49	KIT MOTOR (CILINDRO, PISTÃO E ANEIS)	Kits	2	R\$ 305,67	R\$ 611,34
50	LAMEIRA	UND	12	R\$ 33,33	R\$ 399,96
51	LAMPADA DO FAROL	UND	18	R\$ 19,97	R\$ 359,46
52	LAMPADA DO FREIO	UND	24	R\$ 12,47	R\$ 299,28
53	LAMPADA DO PAINEL	UND	12	R\$ 5,23	R\$ 62,76
54	LAMPADA DO PISCA	UND	18	R\$ 14,67	R\$ 264,06
55	LENTE PISCA	UND	30	R\$ 18,92	R\$ 567,60
56	MANETE EMBREAGEM	UND	21	R\$ 23,00	R\$ 483,00
57	MANETE FREIO	UND	21	R\$ 22,75	R\$ 477,75
58	MANICO DIREITO	UND	3	R\$ 35,94	R\$ 107,82
59	MANICO ESQUERDO	UND	3	R\$ 40,89	R\$ 122,67
60	MANOPLA (LUVA GUIDÃO)	Pares	12	R\$ 23,60	R\$ 283,20
61	PATIM DE FREIO DIANTEIRO	UND	24	R\$ 33,99	R\$ 815,76
62	PATIM DE FREIO TRASEIRO	UND	30	R\$ 47,71	R\$ 1.431,30
63	PEDAL CAMBIO	UND	15	R\$ 26,04	R\$ 390,60
64	PEDAL PARTIDA	UND	4	R\$ 61,63	R\$ 246,52
65	PISCA MODELO ORIGINAL	UND	33	R\$ 38,37	R\$ 1.266,21
66	PROTETOR DIANTEIRO	UND	6	R\$ 52,30	R\$ 313,80
67	REFIL BOMBA COMBUSTIVEL	UND	3	R\$ 70,31	R\$ 210,93
68	RELE PARTIDA	UND	9	R\$ 40,08	R\$ 360,72
69	RELE PISCA	UND	12	R\$ 60,41	R\$ 724,92
70	RETENTOR BENGALA	UND	27	R\$ 39,33	R\$ 1.061,91
71	RETENTOR EIXO PINHÃO	UND	24	R\$ 19,61	R\$ 470,64
72	RETENTOR EMBREAGEM	UND	15	R\$ 18,50	R\$ 277,50



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



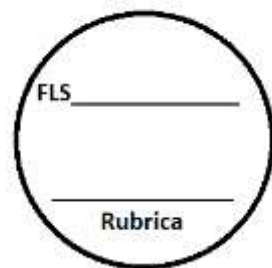
73	RETENTOR RODA DIANTEIRA	UND	12	R\$ 46,35	R\$ 556,20
74	RETENTOR RODA TRASEIRA	UND	12	R\$ 61,61	R\$ 739,32
75	RETENTOR VALVULA	UND	12	R\$ 12,96	R\$ 155,52
76	ROLAMENTO BALANÇA	UND	24	R\$ 40,49	R\$ 971,76
77	ROLAMENTO CONICO DIREÇÃO	Jogos	33	R\$ 14,41	R\$ 475,53
78	ROLAMENTO DIANTEIRO	Pares	39	R\$ 18,67	R\$ 728,13
79	ROLAMENTO TRASEIRO	Pares	33	R\$ 267,30	R\$ 8.820,90
80	ROLAMENTO VIRABREQUIM	UND	6	R\$ 96,00	R\$ 576,00
81	SANFONA BENGALA	UND	12	R\$ 282,77	R\$ 3.393,24
82	TUBO INTERNO (BENGALA)	UND	12	R\$ 121,67	R\$ 1.460,04
83	VÁLVULA ADMISSÃO	UND	18	R\$ 96,71	R\$ 1.740,78
84	VÁLVULA ESCAPE	UND	18	R\$ 66,21	R\$ 1.191,78
85	VÁLVULA PRESSÃO	UND	9	R\$ 112,04	R\$ 1.008,36
86	VELA MOTOR	UND	18	R\$ 30,37	R\$ 546,66
Valor Total Estimado do Lote 5:					R\$ 54.247,59

LOTE 6: Shineray SHI 175s EFI (84 itens) - Exclusivo ME/EPP

Item	Nome	Unidade	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
1	AMORTECEDOR TRASEIRO	UND.	4	R\$ 647,96	R\$ 2.591,84
2	ARO RODA DIANTEIRA	UND.	3	R\$ 207,63	R\$ 622,89
3	ARO RODA TRASEIRA	UND.	4	R\$ 850,70	R\$ 3.402,80
4	BALANCIM	UND.	4	R\$ 272,94	R\$ 1.091,76
5	BATERIA	UND.	4	R\$ 116,70	R\$ 466,80
6	BIELA	UND.	4	R\$ 394,28	R\$ 1.577,12
7	BUCHA BALANÇA	UND.	6	R\$ 95,08	R\$ 570,48
8	BUZINA	UND.	3	R\$ 131,33	R\$ 393,99
9	CABO ACELERADOR	UND.	4	R\$ 56,09	R\$ 224,36
10	CABO EMBREAGEM	UND.	4	R\$ 101,66	R\$ 406,64
11	CABO FREIO	UND.	4	R\$ 88,58	R\$ 354,32
12	CABO VELOCIMETRO	UND.	4	R\$ 55,29	R\$ 221,16
13	CACHIMBO VELA	UND.	4	R\$ 18,47	R\$ 73,88
14	CAPA DE BANCO	UND.	4	R\$ 45,79	R\$ 183,16
15	CARENAGEM FAROL	UND.	3	R\$ 319,67	R\$ 959,01
16	CDI	UND.	4	R\$ 234,21	R\$ 936,84
17	CHAVE DE LUZ	UND.	3	R\$ 284,80	R\$ 854,40
18	COLETOR ADMISSÃO	UND.	4	R\$ 474,20	R\$ 1.896,80
19	CORRENTE COMANDO	UND.	4	R\$ 115,41	R\$ 461,64



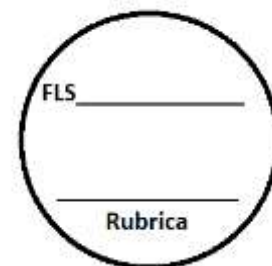
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



20	CUBO EMBREAGEM	UND.	4	R\$ 340,23	R\$ 1.360,92
21	CUBO RODA DIANTEIRA	UND.	4	R\$ 205,28	R\$ 821,12
22	CUBO RODA TRASEIRA	UND.	4	R\$ 340,73	R\$ 1.362,92
23	DISCO EMBREAGEM	UND.	4	R\$ 438,76	R\$ 1.755,04
24	EIXO RODA DIANTEIRA	UND.	3	R\$ 42,29	R\$ 126,87
25	EIXO RODA TRASEIRA	UND.	3	R\$ 36,44	R\$ 109,32
26	EIXO SELETOR (MACHA)	UND.	3	R\$ 115,03	R\$ 345,09
27	EIXO SECUNDARIO (PINHÃO)	UND.	3	R\$ 81,10	R\$ 243,30
28	ELEMENTOR FILTRO AR	UND.	12	R\$ 88,07	R\$ 1.056,84
29	ESCAPAMENTO	UND.	2	R\$ 474,33	R\$ 948,66
30	ESCOVA MOTOR PARTIDA	UND.	9	R\$ 106,10	R\$ 954,90
31	ESPELHO FREIO DIANTEIRO	UND.	3	R\$ 139,32	R\$ 417,96
32	ESPELHO FREIO TRASEIRO	UND.	3	R\$ 142,14	R\$ 426,42
33	ESPELHO RETROVISOR	UND.	10	R\$ 79,25	R\$ 792,50
34	ESTATOR	UND.	6	R\$ 309,33	R\$ 1.855,98
35	ESTICADOR CORRENTE TRSMISSÃO	UND.	6	R\$ 60,83	R\$ 364,98
36	FAROL (BLOCO OPTICO)	UND.	3	R\$ 793,33	R\$ 2.379,99
37	FIAÇÃO PRINCIPAL	UND.	2	R\$ 223,06	R\$ 446,12
38	FILTRO COMBUSTIVEL	UND.	6	R\$ 38,33	R\$ 229,98
39	GUARNIÇÃO TAMPA VÁLVULA	UND.	4	R\$ 27,92	R\$ 111,68
40	GUIA CORRENTE TRSMISSÃO	UND.	12	R\$ 19,29	R\$ 231,48
41	GUIA DE VÁLVULA	UND.	9	R\$ 23,58	R\$ 212,22
42	IGNIÇÃO	UND.	6	R\$ 178,43	R\$ 1.070,58
43	JG JUNTAS MOTOR	UND.	9	R\$ 42,82	R\$ 385,38
44	JG RAO DIANTEIRO	UND.	6	R\$ 49,64	R\$ 297,84
45	JG RAO TRASEIRO	UND.	9	R\$ 39,72	R\$ 357,48
46	KIT BUCHA AMORTECEDOR	UND.	12	R\$ 59,17	R\$ 710,04
47	KIT CORRENTE, COROA E PINHÃO	UND.	15	R\$ 273,60	R\$ 4.104,00
48	KIT MOTOR (CILINDRO, PISTÃO E ANEIS)	UND.	9	R\$ 540,70	R\$ 4.866,30
49	LAMEIRA	UND.	4	R\$ 35,83	R\$ 143,32
50	LAMPADA DO FAROL	UND.	18	R\$ 38,45	R\$ 692,10
51	LAMPADA DO FREIO	UND.	24	R\$ 9,66	R\$ 231,84
52	LAMPADA DO PAINEL	UND.	12	R\$ 5,62	R\$ 67,44
53	LAMPADA DO PISCA	UND.	18	R\$ 22,30	R\$ 401,40
54	LENTE PISCA	UND.	30	R\$ 20,00	R\$ 600,00
55	MANETE EMBREAGEM	UND.	21	R\$ 26,55	R\$ 557,55
56	MANETE FREIO	UND.	21	R\$ 39,75	R\$ 834,75



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



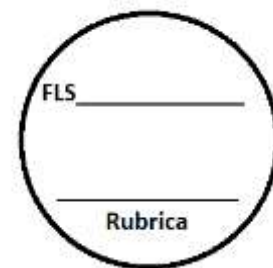
57	MANICO DIREITO	UND.	3	R\$ 38,61	R\$ 115,83
58	MANICO ESQUERDO	UND.	3	R\$ 38,61	R\$ 115,83
59	MANOPLA (LUVA GUIDÃO)	Pares	12	R\$ 42,34	R\$ 508,08
60	PATIM DE FREIO DIANTEIRO	UND.	24	R\$ 220,00	R\$ 5.280,00
61	PATIM DE FREIO TRASEIRO	UND.	30	R\$ 36,94	R\$ 1.108,20
62	PEDAL CAMBIO	UND.	4	R\$ 25,12	R\$ 100,48
63	PISCA MODELO ORIGINAL	UND.	33	R\$ 38,37	R\$ 1.266,21
64	PROTETOR DIANTEIRO	UND.	6	R\$ 308,30	R\$ 1.849,80
65	REFIL BOMBA COMBUSTIVEL	UND.	3	R\$ 148,44	R\$ 445,32
66	RELE PARTIDA	UND.	9	R\$ 55,93	R\$ 503,37
67	RELE PISCA	UND.	12	R\$ 60,41	R\$ 724,92
68	RETENTOR BENGALA	UND.	27	R\$ 22,00	R\$ 594,00
69	RETENTOR EIXO PINHÃO	UND.	24	R\$ 68,33	R\$ 1.639,92
70	RETENTOR EMBREAGEM	UND.	15	R\$ 19,00	R\$ 285,00
71	RETENTOR RODA DIANTEIRA	UND.	12	R\$ 55,83	R\$ 669,96
72	RETENTOR RODA TRASEIRA	UND.	4	R\$ 74,03	R\$ 296,12
73	RETENTOR VALVULA	UND.	4	R\$ 11,55	R\$ 46,20
74	ROLAMENTO BALANÇA	UND.	8	R\$ 20,49	R\$ 163,92
75	ROLAMENTO CONICO DIREÇÃO	Jogos	8	R\$ 57,52	R\$ 460,16
76	ROLAMENTO DIANTEIRO	Pares	8	R\$ 139,20	R\$ 1.113,60
77	ROLAMENTO TRASEIRO	Pares	8	R\$ 21,40	R\$ 171,20
78	ROLAMENTO VIRABREQUIM	UND.	6	R\$ 83,33	R\$ 499,98
79	SANFONA BENGALA	UND.	4	R\$ 181,39	R\$ 725,56
80	VÁLVULA ADMISSÃO	Pares	4	R\$ 176,00	R\$ 704,00
81	TUBO INTERNO (BENGALA)	UND.	4	R\$ 121,67	R\$ 486,68
82	VÁLVULA ESCAPE	UND.	4	R\$ 92,59	R\$ 370,36
83	VÁLVULA PRESSÃO	Pares	4	R\$ 106,89	R\$ 427,56
84	VELA MOTOR	UND.	4	R\$ 38,27	R\$ 153,08
Valor Total Estimado do Lote 6:					R\$ 69.989,54

Valor Global Estimado: R\$ 415.989,29 (Quatrocentos e quinze mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos).

1.4. O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, tratando-se de peças, componentes e acessórios automotivos destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de motocicletas pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, indispensáveis à continuidade das atividades administrativas, operacionais e assistenciais desenvolvidas pela rede municipal de saúde.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



1.5. As condições relativas à vigência da Ata de Registro de Preços, forma de fornecimento, reajuste, sanções administrativas, obrigações das partes e demais regras aplicáveis encontram-se detalhadas neste Termo de Referência, no edital e na minuta da Ata de Registro de Preços, que integram o presente processo administrativo.

1.6. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem especificações usuais de mercado, padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente comercializados por fornecedores do ramo de peças e componentes para motocicletas.

1.7. A reunião dos itens em lotes, organizados por modelo e características das motocicletas pertencentes à frota municipal, justifica-se pela necessidade de assegurar compatibilidade técnica entre as peças, componentes e acessórios, otimizar a gestão contratual, ampliar a eficiência logística do fornecimento, reduzir custos operacionais e garantir maior economicidade para a Administração Pública, sem prejuízo à competitividade do certame.

1.8. Os itens de caráter lúdico, pedagógico e psicomotor constantes neste Termo de Referência destinam-se exclusivamente ao atendimento multiprofissional realizado no âmbito da rede municipal de saúde, especialmente nas ações voltadas ao público infantil.

1.9. Tais materiais serão utilizados como instrumentos de apoio terapêutico e de estimulação cognitiva, motora, sensorial e comportamental, no contexto de atendimentos realizados por profissionais da equipe multiprofissional, tais como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e demais profissionais da área da saúde.

1.10. Dessa forma, os referidos itens possuem natureza assistencial em saúde, não se caracterizando como material escolar ou educacional.

1.11. O agrupamento dos itens de materiais de expediente, materiais pedagógicos e terapêuticos, suprimentos e equipamentos de informática em um único procedimento licitatório justifica-se pela necessidade de atendimento integrado às atividades administrativas, operacionais e assistenciais do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas.

1.12. Trata-se de bens de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado e com especificações padronizadas, cuja aquisição conjunta possibilita maior racionalização administrativa, otimização dos procedimentos de contratação, redução de custos operacionais e melhor gestão logística e de estoque.

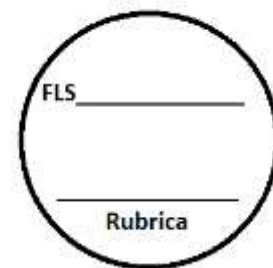
1.13. Ressalta-se que o certame adotará o critério de julgamento pelo menor preço por item, garantindo ampla competitividade e permitindo a participação de fornecedores especializados em cada segmento, não havendo restrição à participação de interessados.

1.14. Dessa forma, o modelo adotado atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade, a eficiência, a segurança e a regularidade das atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e suas unidades vinculadas, mediante a constituição de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças, componentes e acessórios destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de motocicletas utilizada na execução das ações e serviços públicos de saúde.

2.2. A contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual evidenciou a necessidade administrativa, a adequação da solução proposta e a viabilidade técnica, operacional e econômica da adoção do Sistema de Registro de Preços para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde.

2.3. As motocicletas integrantes da frota municipal exercem função estratégica para a consecução das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, constituindo importante instrumento de apoio às ações administrativas, assistenciais e de vigilância em saúde. Tais veículos são empregados rotineiramente no deslocamento de servidores, realização de visitas domiciliares, acompanhamento de programas governamentais, monitoramento de ações de saúde pública, fiscalização sanitária, transporte de documentos e materiais, bem como no suporte às diversas atividades operacionais desenvolvidas em todo o território municipal, incluindo comunidades rurais e localidades de difícil acesso.

2.4. A disponibilidade operacional da frota representa condição indispensável para a adequada execução das políticas públicas de saúde, uma vez que eventual indisponibilidade dos veículos compromete a capacidade de resposta da Administração, afeta a prestação dos serviços à população e pode ocasionar prejuízos à continuidade das ações assistenciais e de vigilância desenvolvidas pelo Município.

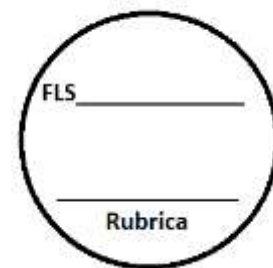
2.5. Considerando a utilização contínua das motocicletas e o desgaste natural decorrente de sua operação, torna-se necessária a reposição periódica de peças, componentes e acessórios sujeitos à deterioração mecânica, elétrica, eletrônica e estrutural. Nesse contexto, a manutenção preventiva e corretiva constitui medida indispensável para assegurar condições adequadas de segurança, trafegabilidade, confiabilidade mecânica e eficiência operacional, além de contribuir para a preservação do patrimônio público e para a ampliação da vida útil dos veículos.

2.6. A ausência de reposição tempestiva de peças ou a demora na realização dos procedimentos de aquisição pode ocasionar a paralisação parcial ou total da frota, comprometendo a execução de atividades essenciais e gerando impactos diretos na prestação dos serviços públicos de saúde. Além disso, a falta de manutenção adequada tende a elevar os custos operacionais, aumentar a incidência de reparos de maior complexidade e reduzir significativamente a vida útil dos bens públicos, contrariando os princípios da economicidade, eficiência e boa gestão dos recursos públicos.

2.7. Cumpre destacar que a demanda por peças, componentes e acessórios apresenta natureza contínua, variável e de difícil previsão quantitativa, em razão das particularidades inerentes à utilização dos veículos, da ocorrência de manutenções corretivas imprevisíveis, das condições de trafegabilidade das vias públicas e do desgaste natural dos componentes. Dessa forma, mostra-se inviável estabelecer com precisão os quantitativos efetivamente necessários ao longo do período contratual.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



2.8. Diante desse cenário, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, por possibilitar aquisições parceladas e sob demanda, de acordo com as necessidades efetivamente verificadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, proporcionando maior eficiência gerencial, racionalização dos estoques, redução de desperdícios, otimização dos recursos públicos e maior flexibilidade na gestão contratual.

2.9. Ademais, o Sistema de Registro de Preços contribui para a ampliação da competitividade do certame, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, reduz custos administrativos decorrentes da realização de procedimentos licitatórios sucessivos e assegura maior celeridade no atendimento das demandas relacionadas à manutenção da frota municipal, garantindo resposta mais eficiente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.10. A presente contratação encontra-se em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como com os princípios do planejamento, da economicidade, da eficiência, da continuidade do serviço público, da governança e da supremacia do interesse público consagrados pela Lei Federal nº 14.133/2021.

2.11. Diante do exposto, resta plenamente demonstrada a necessidade, a adequação, a oportunidade e a conveniência administrativa da presente contratação, a qual se mostra imprescindível para assegurar a manutenção das condições operacionais da frota de motocicletas pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, garantindo a continuidade, a regularidade, a segurança, a economicidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde prestados à população.

2.12. Destinação às Empresas Locais

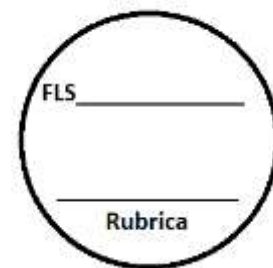
2.12.1. Considerando a existência, no Município de Brasil Novo/PA, de microempresas e empresas de pequeno porte atuantes no ramo de comercialização de peças, componentes, acessórios e produtos destinados à manutenção de motocicletas, aptas a atender às exigências técnicas e operacionais do objeto da presente contratação, os itens cujos valores estimados não ultrapassem os limites legalmente estabelecidos poderão ser destinados à participação exclusiva de empresas sediadas no Município de Brasil Novo/PA, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento econômico local, fortalecer o comércio municipal, incentivar a geração de emprego e renda e promover o fortalecimento da economia regional.

2.12.2. A adoção do tratamento favorecido observará as disposições contidas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 311/2021, aplicando-se aos itens cujos valores estimados não ultrapassem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que haja, comprovadamente, no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no Município e capazes de atender satisfatoriamente às exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

2.12.3. A medida visa estimular o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, promover a circulação de recursos financeiros na economia local, fortalecer o setor empresarial estabelecido no Município e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento local sustentável previstas na legislação vigente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



2.12.4. Além dos benefícios econômicos, a participação de empresas locais tende a proporcionar maior agilidade no fornecimento das peças, componentes e acessórios destinados à manutenção da frota de motocicletas do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, reduzindo prazos de entrega, facilitando eventuais substituições de itens, minimizando riscos de desabastecimento e contribuindo para a continuidade das atividades administrativas, operacionais e assistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades vinculadas.

2.12.5. Dessa forma, a adoção do tratamento diferenciado em favor das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município revela-se compatível com o interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, competitividade e fortalecimento da economia local, sem prejuízo da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, visando à futura e eventual contratação de empresas especializadas para o fornecimento de peças, componentes e acessórios destinados à manutenção preventiva e corretiva das motocicletas pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas.

3.2. A solução foi definida com base nas necessidades identificadas no Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza contínua da demanda, a impossibilidade de previsão exata dos quantitativos necessários durante a vigência contratual e a necessidade de assegurar a disponibilidade operacional da frota utilizada na execução das ações e serviços públicos de saúde.

3.3. O objeto contempla o fornecimento de peças, componentes e acessórios compatíveis com os diversos modelos de motocicletas integrantes da frota municipal, abrangendo itens dos sistemas mecânico, elétrico, eletrônico, de transmissão, suspensão, freios, direção, alimentação, escapamento, iluminação, sinalização e demais componentes necessários à adequada manutenção dos veículos.

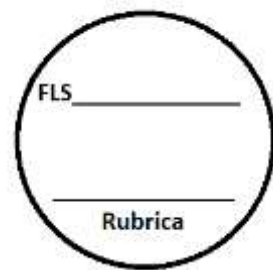
3.4. As peças fornecidas deverão ser novas, de primeiro uso, originais, genuínas ou de qualidade equivalente às originais, observando rigorosamente as especificações técnicas dos fabricantes das motocicletas, de modo a garantir perfeito funcionamento, segurança operacional, desempenho adequado e durabilidade compatível com os padrões exigidos pelo mercado e pela Administração Pública.

3.5. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a contratação visa assegurar a manutenção das condições de funcionamento dos veículos ao longo de sua vida útil, contribuindo para a preservação do patrimônio público, redução de custos decorrentes de falhas mecânicas, prevenção de paralisações não programadas e maximização da eficiência operacional da frota.

3.6. A utilização de peças adequadas e compatíveis possibilita a realização tempestiva das manutenções preventivas e corretivas, reduzindo riscos de avarias de maior gravidade, aumentando



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



a confiabilidade dos veículos e promovendo maior segurança aos servidores responsáveis por sua utilização no desempenho das atividades institucionais.

3.7. A adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, uma vez que permite aquisições parceladas e sob demanda, de acordo com as necessidades efetivamente verificadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo riscos de obsolescência de itens e proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

3.8. A solução contempla ainda:

- registro formal dos preços unitários dos itens licitados;
- fornecimento parcelado conforme solicitação da Administração;
- aquisição de peças compatíveis com os modelos da frota municipal;
- garantia de qualidade dos produtos fornecidos;
- substituição de itens que apresentem defeitos, vícios ou incompatibilidades;
- observância das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- atendimento célere às demandas de manutenção preventiva e corretiva.

3.9. A contratação pretendida mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo solução capaz de garantir a adequada manutenção da frota de motocicletas do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a natureza da contratação exige que a empresa contratada possua capacidade técnica, operacional e comercial para o fornecimento direto das peças, componentes e acessórios destinados à manutenção da frota de motocicletas do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas.

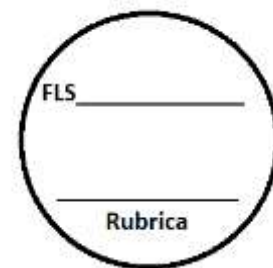
4.2. A vedação à subcontratação tem por finalidade assegurar maior controle da execução contratual, garantir a rastreabilidade da origem dos produtos fornecidos, preservar os padrões de qualidade exigidos pela Administração e evitar riscos relacionados ao fornecimento de peças incompatíveis, inadequadas ou em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. A empresa contratada permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, não podendo transferir a terceiros, total ou parcialmente, a execução do objeto, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições constantes do instrumento contratual.

4.4. Não se caracteriza como subcontratação a aquisição, pela contratada, de produtos junto a fabricantes, distribuidores, revendedores ou fornecedores regularmente estabelecidos no mercado, permanecendo, contudo, sob sua exclusiva responsabilidade a garantia da procedência, qualidade, compatibilidade e conformidade dos itens fornecidos à Administração.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto ocorrerá sob o regime de fornecimento parcelado, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.

5.2. O fornecimento das peças, componentes e acessórios será solicitado mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente, contendo as especificações, quantitativos e demais informações necessárias à execução da contratação.

5.3. A contratada deverá acusar o recebimento da solicitação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.4. As peças, componentes e acessórios deverão ser novos, de primeiro uso, originais, genuínos ou de qualidade equivalente às originais, compatíveis com os respectivos modelos de motocicletas da frota municipal, observando rigorosamente as especificações constantes neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora.

5.5. Fica vedado o fornecimento de peças usadas, remanufaturadas, reconcondicionadas, recicladas ou que apresentem qualquer tipo de dano, defeito ou incompatibilidade com os veículos a que se destinam.

5.6. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela Administração.

5.7. As entregas deverão ocorrer no Almoxarifado Central do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA ou em outro local previamente indicado pela Administração, dentro dos limites territoriais do Município, sem qualquer ônus adicional referente a transporte, carga, descarga, frete, seguro ou demais despesas necessárias ao cumprimento da obrigação contratual.

5.8. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, devidamente acondicionados para transporte e armazenamento, contendo identificação do fabricante, código da peça e demais informações pertinentes, quando aplicável.

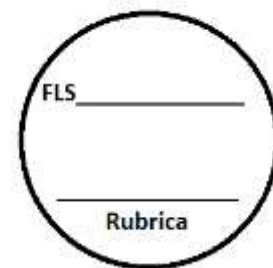
5.9. Não serão aceitos produtos:

- I – Danificados ou com indícios de uso;
- II – Em desacordo com as especificações técnicas exigidas;
- III – Incompatíveis com os modelos de motocicletas informados pela Administração;
- IV – Que apresentem defeitos de fabricação ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização.

5.10. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



I – Recebimento Provisório, realizado no ato da entrega para conferência quantitativa dos itens fornecidos;

II – Recebimento Definitivo, após a verificação da conformidade qualitativa, compatibilidade técnica e atendimento das especificações exigidas, em até 15 (quinze) dias contados da entrega.

5.11. Constatadas irregularidades, defeitos, incompatibilidades ou divergências em relação às especificações exigidas, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente os itens fornecidos, devendo a contratada promover sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para o Município.

5.12. A contratada responderá integralmente pela qualidade, procedência, compatibilidade e garantia das peças fornecidas, comprometendo-se a substituir qualquer item que apresente defeito de fabricação, vício oculto ou inadequação técnica durante o período de garantia legal ou do fabricante.

5.13. A Administração poderá realizar diligências, inspeções e solicitar documentos comprobatórios da procedência e qualidade das peças fornecidas, visando assegurar o fiel cumprimento das condições estabelecidas na contratação.

5.14. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

6. Fiscalização

6.1. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos dos artigos 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. Compete ao fiscal do contrato:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

II – Verificar a conformidade das peças, componentes e acessórios fornecidos;

III – Registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

IV – Comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades verificadas;

V – Atestar as notas fiscais para fins de liquidação e pagamento;

VI – Adotar as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

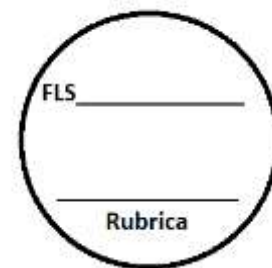
6.3. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

7. GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

7.1. As peças, componentes e acessórios fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, vícios de qualidade, falhas de desempenho e quaisquer irregularidades que comprometam sua adequada utilização, observando-se, no mínimo, os prazos estabelecidos pelo fabricante e pela legislação vigente, prevalecendo aquele que for mais vantajoso para a Administração.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



7.2. A garantia deverá abranger todos os produtos fornecidos, independentemente de sua natureza, assegurando a substituição ou reposição dos itens que apresentarem defeitos, incompatibilidades técnicas ou desempenho inadequado durante o período de cobertura, sem qualquer ônus adicional para o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

7.3. Constatada qualquer irregularidade nos produtos entregues, seja durante o recebimento provisório, definitivo ou no decorrer de sua utilização, a contratada será formalmente notificada para promover a substituição do item defeituoso ou inadequado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

7.4. A substituição deverá ocorrer por produto novo, de mesma especificação ou superior, plenamente compatível com o veículo ao qual se destina, vedado o fornecimento de peças usadas, reconcondicionadas, recuperadas, remanufaturadas ou que apresentem sinais de utilização.

7.5. Todas as despesas decorrentes da retirada, transporte, entrega, substituição e demais procedimentos necessários à correção das irregularidades correrão integralmente por conta da contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração.

7.6. A recusa injustificada em substituir produtos considerados inadequados, defeituosos ou em desacordo com as especificações contratadas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados à Administração.

7.7. A exigência de garantia dos produtos fornecidos visa assegurar a qualidade dos materiais adquiridos, a preservação da frota pública municipal, a segurança dos usuários, a continuidade dos serviços públicos de saúde e a adequada aplicação dos recursos públicos.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não será exigida garantia de execução contratual prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste no fornecimento parcelado de peças, componentes e acessórios para motocicletas, cuja natureza e complexidade não justificam a adoção de caução, seguro-garantia ou fiança bancária.

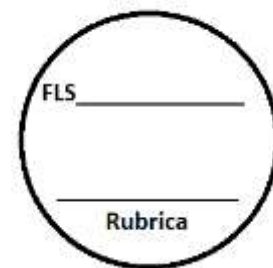
8.2. A Administração entende que os mecanismos de fiscalização contratual, recebimento dos produtos, aplicação de penalidades administrativas e responsabilização da contratada previstos na legislação vigente mostram-se suficientes para resguardar o interesse público e assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes serão realizadas por servidores formalmente designados pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, em conformidade com os artigos 117 a 119 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.2. A Administração designará gestor e fiscal do contrato, os quais atuarão de forma integrada no acompanhamento da execução contratual, observadas as atribuições legalmente estabelecidas.

9.3. Compete ao gestor do contrato:

- I – Coordenar o acompanhamento da execução contratual em seus aspectos administrativos;
- II – Adotar as providências necessárias à manutenção do equilíbrio e da regularidade da contratação;
- III – Promover a interlocução institucional entre a Administração e a contratada;
- IV – Acompanhar os prazos de vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes;
- V – Subsidiar a autoridade competente na adoção de medidas administrativas e na eventual aplicação de penalidades;
- VI – Elaborar ou solicitar relatórios necessários ao acompanhamento da execução contratual.

9.4. Compete ao fiscal do contrato:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;
- II – Verificar a conformidade das peças, componentes e acessórios fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta da contratada;
- III – Realizar o recebimento provisório e definitivo dos produtos fornecidos;
- IV – Registrar ocorrências, falhas, atrasos, defeitos ou quaisquer irregularidades verificadas durante a execução contratual;
- V – Solicitar a substituição de produtos que apresentem defeitos, incompatibilidades ou desconformidades em relação às especificações exigidas;
- VI – Acompanhar o cumprimento das condições de garantia dos produtos fornecidos;
- VII – Atestar as notas fiscais após a verificação da regular execução do objeto;
- VIII – Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer situações que possam comprometer a execução da contratação.

9.5. A contratada deverá manter representante ou preposto formalmente designado para atuar como interlocutor junto à Administração durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, devendo prestar esclarecimentos e atender às solicitações formuladas pelos responsáveis pela gestão e fiscalização contratual.

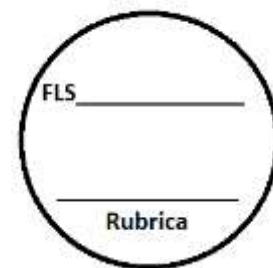
9.6. As comunicações entre a Administração e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico, sem prejuízo da utilização de outros meios formais admitidos pela legislação, devendo ser mantidos os respectivos registros nos autos do processo administrativo.

9.7. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela integral execução do objeto, cabendo-lhe responder por quaisquer danos, defeitos, vícios, falhas ou irregularidades decorrentes do fornecimento dos produtos.

9.8. A gestão contratual observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência, controle, segregação de funções e continuidade do serviço público, visando assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e o pleno atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Recebimento do Objeto

10.1.1. O recebimento das peças, componentes e acessórios objeto da presente contratação ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento Provisório: realizado no ato da entrega, para conferência quantitativa dos itens fornecidos, verificação das embalagens, identificação dos produtos e conferência da Nota Fiscal.

II – Recebimento Definitivo: realizado após a verificação da conformidade qualitativa dos produtos, compatibilidade com os modelos de motocicletas indicados pela Administração e atendimento das especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório.

10.1.2. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a constatação de que os produtos entregues atendem integralmente às exigências contratuais.

10.1.3. Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos, incompatibilidades ou desconformidades em relação às especificações estabelecidas, a Administração poderá:

- I – Rejeitar total ou parcialmente os produtos fornecidos;
- II – Determinar a substituição dos itens em desacordo;
- III – Suspender o recebimento definitivo até a regularização da situação;
- IV – Aplicar as sanções administrativas cabíveis previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.4. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, procedência, garantia, compatibilidade e adequação das peças, componentes e acessórios fornecidos.

10.2. Liquidação da Despesa

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, acompanhada dos documentos exigidos para pagamento, será iniciado o procedimento de liquidação da despesa.

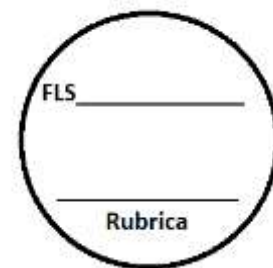
10.2.2. A liquidação ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação regular da documentação pela contratada.

10.2.3. Para fins de liquidação, a Administração verificará:

- I – A conformidade dos produtos entregues com as especificações contratadas;
- II – A existência do atesto do fiscal da contratação;
- III – A regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
- IV – A correção dos valores apresentados na Nota Fiscal;
- V – A inexistência de pendências relacionadas à execução contratual.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



10.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, divergência de valores ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo ficará suspenso até a regularização da pendência pela contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

10.3. Prazo de Pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa e do atesto definitivo pelo fiscal da contratação.

10.3.2. O pagamento ficará condicionado ao cumprimento das obrigações contratuais e à manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.

10.4. Forma de Pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, por meio de depósito ou transferência eletrônica em conta corrente indicada pela contratada.

10.4.2. Será considerada como data do pagamento aquela em que for efetivamente emitida a ordem bancária pela Administração.

10.4.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável.

10.4.4. O Município procederá à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e demais normas vigentes.

10.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de obrigação contratual, fiscal, trabalhista ou previdenciária que impeça a regular liquidação da despesa.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de critério de julgamento pelo menor preço por item, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as demais normas pertinentes.

Exigências de habilitação

11.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto a existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

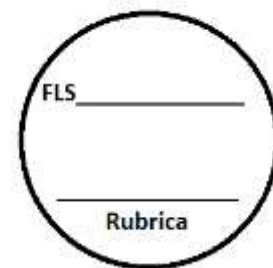
a) SICAF

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>):

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Da Habilitação Jurídica

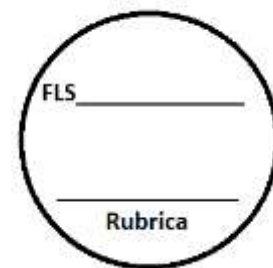
a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, devendo constar objeto social compatível com o objeto da presente licitação;

b) No caso de sociedade simples, ato constitutivo e respectivas alterações devidamente registradas no Cartório competente, acompanhados de prova da investidura da administração em exercício;

c) Registro Comercial, no caso de empresário individual;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- d) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, quando se tratar de Microempreendedor Individual (MEI);
- e) Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Documento oficial de identificação do(s) sócio(s), administrador(es) ou representante(s) legal(is) da empresa, contendo CPF e foto;
- g) Instrumento de procuração pública ou particular com firma reconhecida, quando o participante estiver representado por procurador, acompanhado dos documentos pessoais do procurador;
- h) Apresentação de Alvará de Funcionamento ou Licença para Localização e Funcionamento, expedido pelo órgão competente do domicílio ou sede da licitante, compatível com o ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e vigente na data da sessão pública.

12.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias, nos termos da Portaria RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- d) Comprovante de inscrição estadual ou documento equivalente, quando exigível para a atividade exercida;
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- f) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.
Parágrafo único. Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativas, na forma da legislação vigente.

12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

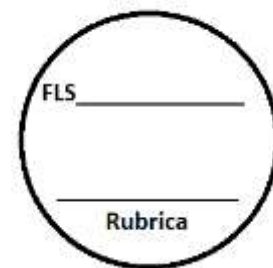
12.3.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida dentro do prazo de validade constante do documento ou, na ausência deste, expedida há no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



I – Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem o fornecimento satisfatório de peças, componentes, acessórios automotivos, peças para motocicletas ou produtos compatíveis com o objeto desta licitação, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

II – Os atestados deverão conter, no mínimo:

- identificação da entidade emitente;
- número de inscrição no CNPJ;
- endereço da entidade emitente;
- descrição dos produtos fornecidos;
- período de execução ou fornecimento;
- identificação e assinatura do responsável pela emissão.

III – A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV – Poderão ser solicitados catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados, prospectos ou documentos equivalentes que permitam comprovar a qualidade, procedência e compatibilidade das peças, componentes e acessórios ofertados com os modelos de motocicletas atendidos pela Administração.

14. DAS DECLARAÇÕES

a) Declaração Conjunta conforme Modelo do anexo III;

b) Declaração de enquadramento como ME/EPP, MEI, ou equiparada, nos termos da Lei 123/2006 (anexo IV).

c) Declaração Anticorrupção (anexo V).

d) Declaração de Reserva de cargos para pessoas com deficiência (anexo VI).

e) Declaração de Garantia dos Produtos:

- A licitante deverá apresentar declaração, assinada por seu representante legal, comprometendo-se a fornecer peças, componentes e acessórios novos, de primeiro uso, originais, genuínos ou de qualidade equivalente às originais, garantidos pelo fabricante e pela legislação vigente, responsabilizando-se pela substituição, sem ônus para a Administração, dos itens que apresentarem defeitos, vícios de fabricação ou incompatibilidade técnica.

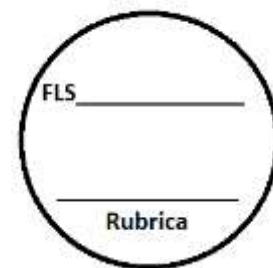
Obs.: As Declarações deverão ser em papel timbrado e estarem devidamente assinadas pelo representante legal da empresa.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 415.989,29 (Quatrocentos e quinze mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos), elaborado em conformidade com o



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, observando-se os critérios de pesquisa de preços previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Os valores estimados referentes à aquisição dos bens pretendido foram obtidos mediante pesquisa de preços realizada no sistema Banco de Preços, conforme documentação anexa ao Estudo Técnico Preliminar – ETP, considerando preços decorrentes de outras contratações similares efetuadas pela Administração Pública, nos termos do art. 23, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

16. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

16.1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da contratação, e que atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na legislação vigente.

16.2. A participação ocorrerá por meio eletrônico, mediante prévio credenciamento no sistema Licitanet, devendo os interessados observar as condições, procedimentos e prazos estabelecidos no Edital.

16.3. Não poderão participar da presente licitação:

- I – Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;
- II – Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- III – empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;
- IV – Pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- V – Empresas estrangeiras que não possuam representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- VI – Empresas que mantenham vínculo capaz de comprometer a isonomia do certame ou caracterizar conflito de interesses, na forma da legislação vigente.

16.4. Será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as disposições legais aplicáveis.

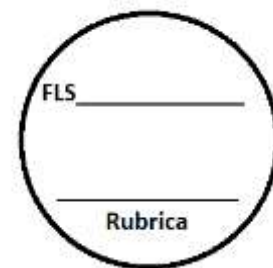
16.5. Quando cabível, poderão ser adotadas as medidas de favorecimento previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive participação exclusiva, reserva de cotas ou preferência de contratação.

16.6. A participação na licitação implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, bem como o conhecimento das condições necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação.

16.7. Os licitantes deverão apresentar proposta contendo, quando aplicável, a indicação da marca, fabricante, código, referência ou modelo das peças, componentes e acessórios ofertados,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



acompanhada de catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes que permitam a verificação da compatibilidade e conformidade dos produtos com as especificações exigidas pela Administração.

16.8. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar documentos adicionais para comprovação das informações constantes da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos da legislação vigente.

16.9. A apresentação da proposta vincula o licitante ao cumprimento integral das condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na legislação aplicável, não sendo admitidas alegações futuras de desconhecimento.

16.10. Será obrigatória a apresentação de proposta detalhada contendo, quando aplicável, a identificação da marca, fabricante, código, referência ou modelo dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação da proposta, quando a ausência dessas informações impedir a análise da compatibilidade do item ofertado com as especificações exigidas pela Administração.

16.11. Os produtos ofertados deverão ser compatíveis com os modelos de motocicletas pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, observando as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

17. DAS PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS

17.1. Todas as peças, componentes e acessórios deverão ser novos, de primeiro uso, originais, genuínos ou de qualidade equivalente às originais, em perfeitas condições de utilização, não sendo admitidos produtos usados, recondicionados, remanufaturados, recuperados ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas.

17.2. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta apresentada pela contratada.

17.3. As peças, componentes e acessórios deverão possuir qualidade compatível com os padrões de mercado e serem plenamente compatíveis com os modelos de motocicletas pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, assegurando adequado desempenho, segurança, durabilidade e eficiência operacional.

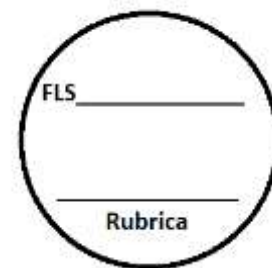
17.4. A Administração poderá recusar total ou parcialmente os produtos que apresentem:

- I – Defeitos de fabricação;
- II – Danos decorrentes de transporte, armazenamento ou manuseio inadequado;
- III – Incompatibilidade com os veículos aos quais se destinam;
- IV – Desconformidade com as especificações técnicas exigidas;
- V – Indícios de uso, adulteração, recuperação, remanufatura ou recondicionamento;
- VI – Qualquer irregularidade que comprometa sua qualidade, funcionalidade ou segurança.

17.5. Os produtos fornecidos deverão estar devidamente identificados, quando aplicável, contendo informações do fabricante, marca, código de referência e demais elementos necessários à sua rastreabilidade e conferência pela Administração.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, observada a disponibilidade financeira e orçamentária do exercício correspondente.

18.2. As despesas serão suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 - Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1202 - Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202. 2.005 – Manutenção do Programa Saúde na Escola;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202. 2.007 – Piso Da Atenção Primária – PAP;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.304.0235. 2.021 – Manutenção da Vigilância Sanitária;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.305.0235. 2.022 – Manutenção da Vigilância em Saúde;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0004. 2.023 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.125.0004. 2.024 – Manutenção do Conselho Municipal de Saúde;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0004 2.151 - Emendas Parlamentares Estado;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0004 2.152 - Emendas Parlamentares União;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.011 - Programa Melhor em Casa;

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo;

18.3. Nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nos respectivos orçamentos, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Brasil Novo/PA, 22 de junho de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 005/2025

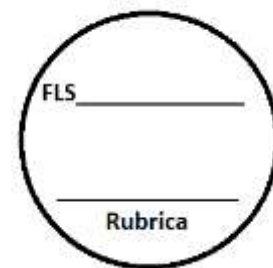
ALEXSANDRO SANTANA PEREIRA

Setor de Compras

Matrícula 131140-9



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo 015/2026 FMS

1. Necessidade da Aquisição / Contratação

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar e demonstrar a viabilidade técnica, administrativa e econômica da contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, visando atender às necessidades de manutenção da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas.

A contratação decorre da necessidade de assegurar a plena operacionalidade da frota de motocicletas utilizada na execução das ações e serviços públicos de saúde, especialmente nas atividades de apoio administrativo, transporte de documentos, deslocamento de servidores, acompanhamento de programas de saúde, visitas domiciliares, fiscalização, monitoramento e demais atividades desenvolvidas pelas equipes vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

A manutenção adequada dos veículos constitui requisito indispensável para garantir condições seguras de trafegabilidade, confiabilidade mecânica, eficiência operacional e preservação do patrimônio público, contribuindo diretamente para a continuidade dos serviços prestados à população. Nesse contexto, a disponibilidade de peças, componentes e acessórios compatíveis com os diversos modelos que compõem a frota municipal revela-se essencial para a realização tempestiva das manutenções necessárias, evitando a paralisação dos veículos e reduzindo os riscos de interrupção das atividades institucionais.

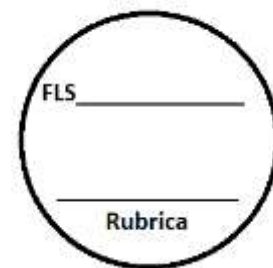
Ressalta-se que a utilização contínua das motocicletas, aliada às condições naturais de desgaste decorrentes do uso, torna inevitável a substituição periódica de componentes mecânicos, elétricos, hidráulicos e demais acessórios sujeitos à deterioração ao longo do tempo. A inexistência de estoque adequado ou a indisponibilidade desses itens pode comprometer significativamente a capacidade operacional da Administração, ocasionando atrasos no atendimento das demandas da saúde pública, aumento dos custos de manutenção e prejuízos à eficiência administrativa.

Além disso, considerando que a demanda por peças e componentes possui natureza contínua, variável e de difícil previsão exata, em razão da ocorrência de manutenções corretivas imprevisíveis, do desgaste natural dos veículos e da necessidade de reposições emergenciais, mostra-se tecnicamente recomendável a adoção do Sistema de Registro de Preços. Tal instrumento possibilita que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade efetivamente verificada pela Administração, proporcionando maior flexibilidade gerencial, racionalização dos estoques e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A utilização do Sistema de Registro de Preços também promove ganhos de economicidade, eficiência e planejamento, uma vez que permite a obtenção de preços mais vantajosos mediante a ampliação da competitividade entre os fornecedores, reduz custos administrativos relacionados à realização de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



múltiplos procedimentos licitatórios e assegura maior agilidade no atendimento das demandas de manutenção da frota.

Ademais, a contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, constituindo medida necessária para garantir a adequada gestão dos recursos públicos e a manutenção das condições operacionais dos veículos utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde.

Diante do exposto, evidencia-se que a contratação pretendida é necessária, oportuna e plenamente justificada, configurando-se como medida indispensável para assegurar a continuidade, a regularidade, a segurança e a eficiência dos serviços públicos de saúde prestados pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

2. Área Requisitante

A presente demanda tem como Área Requisitante o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde – o Sr. Elysson Leonarde Kloss

3. Requisitos da Contratação

Para o atendimento adequado da necessidade identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais:

3.1. Natureza dos Bens

Os bens objeto da presente contratação consistem na aquisição de peças, componentes e acessórios destinados à manutenção preventiva e corretiva de motocicletas pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e suas unidades vinculadas.

Tais bens são classificados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade, especificações técnicas e características de mercado podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais e amplamente conhecidas pelos fornecedores do ramo.

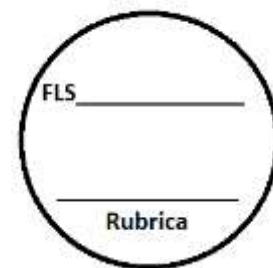
Os itens a serem adquiridos compreendem componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos, de suspensão, transmissão, freios, vedação, iluminação e demais acessórios necessários à conservação e ao pleno funcionamento das motocicletas que integram a frota municipal, observadas as especificações compatíveis com cada modelo de veículo.

Por se tratarem de produtos amplamente comercializados no mercado nacional, fornecidos por diversos fabricantes e distribuidores, não demandam desenvolvimento tecnológico específico, inovação ou customização, possibilitando ampla competitividade entre os potenciais fornecedores e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, a aquisição enquadra-se na categoria de fornecimento de bens comuns, recomendando-se a adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com utilização do Sistema de Registro



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



de Pregos, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.

3.2. Padrão de Qualidade

Os bens a serem adquiridos deverão atender rigorosamente aos padrões de qualidade, desempenho, durabilidade, segurança e confiabilidade exigidos pelas normas técnicas aplicáveis e pelas especificações dos fabricantes das motocicletas pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

As peças, componentes e acessórios fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de desgaste, recondicionamento, remanufatura ou qualquer forma de reaproveitamento, devendo apresentar perfeitas condições de funcionamento e plena compatibilidade com os respectivos modelos e marcas dos veículos para os quais se destinam.

Os produtos deverão possuir características técnicas equivalentes ou superiores às peças originalmente instaladas pelos fabricantes, observando os padrões de fabricação e desempenho exigidos pelo mercado automotivo, de modo a assegurar a manutenção da segurança, da eficiência operacional e da vida útil dos veículos.

Quando aplicável, os itens deverão atender às normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes, bem como às regulamentações vigentes relacionadas à fabricação, comercialização e utilização de peças automotivas, garantindo conformidade com os requisitos legais e de segurança exigidos para circulação dos veículos.

A Administração realizará o recebimento e a conferência dos produtos fornecidos, podendo recusar total ou parcialmente aqueles que apresentarem defeitos, avarias, incompatibilidade técnica, divergência de especificações ou qualquer desconformidade em relação às exigências estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

A contratada será responsável pela substituição, sem ônus adicional para a Administração, de quaisquer peças, componentes ou acessórios que apresentem defeitos de fabricação, vícios de qualidade, inadequação ao uso ou incompatibilidade com os veículos atendidos, observados os prazos e condições definidos no instrumento contratual.

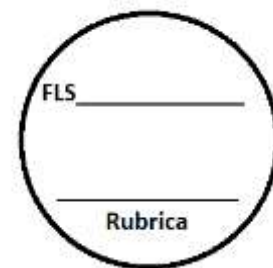
Dessa forma, busca-se assegurar que os produtos adquiridos apresentem níveis adequados de qualidade, confiabilidade e desempenho, contribuindo para a preservação do patrimônio público, para a redução de custos com manutenção e para a continuidade dos serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

3.3. Forma de Fornecimento

O fornecimento das peças, componentes e acessórios para motocicletas será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela decorrentes.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



As aquisições ocorrerão mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, na qual constarão os itens, quantitativos, especificações e demais informações necessárias à execução do objeto, observando-se as demandas efetivamente verificadas ao longo da vigência da contratação.

A contratada deverá disponibilizar os produtos solicitados em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, garantindo a compatibilidade das peças, componentes e acessórios com os modelos de motocicletas integrantes da frota do Fundo Municipal de Saúde.

Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, identificados e protegidos contra danos decorrentes do transporte, armazenamento ou manuseio, de forma a preservar integralmente suas características e funcionalidades até o efetivo recebimento pela Administração.

O recebimento dos produtos ocorrerá de forma provisória e definitiva, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante conferência quantitativa e qualitativa dos materiais fornecidos, podendo a Administração rejeitar, total ou parcialmente, os itens que apresentarem defeitos, incompatibilidades, divergências de especificação ou qualquer desconformidade em relação às exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Considerando a natureza variável das demandas de manutenção da frota, a Administração não se obriga a adquirir a totalidade dos quantitativos registrados, limitando-se às aquisições efetivamente necessárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

A adoção do fornecimento parcelado mostra-se a solução mais adequada para o atendimento das necessidades institucionais, proporcionando maior flexibilidade na gestão dos recursos públicos, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo riscos de obsolescência de peças e assegurando a disponibilidade dos componentes necessários à manutenção contínua da frota de motocicletas utilizada nos serviços públicos de saúde.

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, que será de 12 (doze) meses.

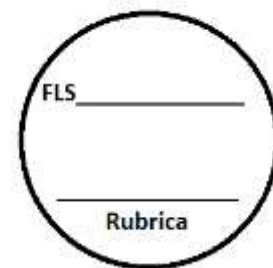
3.4. Prazo e Local de Entrega

Os fornecimentos decorrentes da futura contratação serão realizados de forma parcelada, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Administração.

A contratada deverá efetuar a entrega dos itens solicitados no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, podendo ser estabelecido prazo inferior para situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração, desde que haja concordância entre as partes e viabilidade operacional para atendimento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



As peças, componentes e acessórios deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA ou em outro local previamente indicado pela Administração no momento da solicitação, dentro dos limites territoriais do Município, sem qualquer ônus adicional referente a transporte, carga, descarga, frete, seguro ou demais despesas necessárias ao cumprimento da obrigação contratual.

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, devidamente acondicionados, identificados e acompanhados da respectiva documentação fiscal, observando rigorosamente as especificações, marcas, modelos e demais características constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência.

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para fins de conferência quantitativa dos itens fornecidos, enquanto o recebimento definitivo será realizado após a verificação da conformidade das especificações técnicas, qualidade, compatibilidade e demais requisitos exigidos pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos, avarias, incompatibilidades ou divergências em relação às especificações contratadas, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente os produtos entregues, ficando a contratada obrigada a promover sua substituição no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

A definição de prazo compatível com a natureza da contratação visa assegurar a disponibilidade tempestiva dos componentes necessários à manutenção da frota de motocicletas, evitando paralisações, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos e garantindo a continuidade dos serviços públicos de saúde prestados à população.

3.5. Garantia e Substituição

As peças, componentes e acessórios fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, vícios de qualidade, falhas de desempenho e quaisquer irregularidades que comprometam sua adequada utilização, observando-se, no mínimo, os prazos estabelecidos pelo fabricante e pela legislação consumerista vigente, prevalecendo aquele que for mais vantajoso para a Administração.

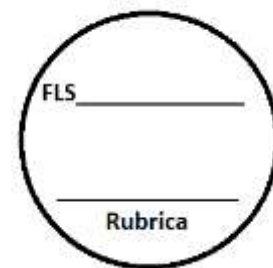
A garantia deverá abranger todos os produtos fornecidos, independentemente de sua natureza, assegurando a substituição ou reposição dos itens que apresentarem defeitos, incompatibilidades técnicas ou desempenho inadequado durante o período de cobertura, sem qualquer ônus adicional para o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

Constatada qualquer irregularidade nos produtos entregues, seja durante o recebimento ou no decorrer de sua utilização, a contratada será formalmente notificada para promover a substituição do item defeituoso ou inadequado, no prazo máximo a ser definido pela Administração, contado do recebimento da notificação, sem prejuízo das demais obrigações contratuais.

A substituição deverá ocorrer por produto novo, de mesma especificação ou superior, plenamente compatível com o veículo ao qual se destina, vedado o fornecimento de peças reconcondicionadas, recuperadas, remanufaturadas ou que apresentem sinais de uso, salvo se expressamente autorizado pela Administração e previsto no instrumento convocatório.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Os custos relativos à retirada, transporte, entrega, substituição e demais procedimentos necessários à correção das irregularidades correrão integralmente por conta da contratada, não cabendo qualquer cobrança adicional à Administração.

A recusa injustificada em substituir produtos considerados inadequados, defeituosos ou em desacordo com as especificações contratadas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados à Administração.

A exigência de garantia e substituição visa assegurar a qualidade dos produtos fornecidos, a preservação da frota pública, a segurança dos usuários e a continuidade dos serviços públicos de saúde, resguardando o interesse público e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.6. Sustentabilidade

A futura contratação deverá observar, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente e nas boas práticas de gestão pública sustentável, buscando minimizar impactos ambientais decorrentes do fornecimento dos produtos.

Deverão ser priorizados produtos acondicionados em embalagens recicláveis ou reutilizáveis, bem como adotadas práticas que reduzam a geração de resíduos e promovam o descarte ambientalmente adequado de materiais inservíveis eventualmente substituídos durante as atividades de manutenção da frota.

A contratada deverá observar a legislação ambiental aplicável às suas atividades, responsabilizando-se pelo cumprimento das normas relacionadas à produção, comercialização, transporte e destinação final dos produtos fornecidos.

A adoção desses critérios visa promover maior responsabilidade socioambiental, racionalização do consumo de recursos naturais e alinhamento da contratação aos princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e demais normativos aplicáveis.

3.7. Habilitação e Regularidade

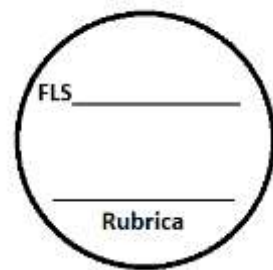
A futura contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3.8. Critério de Julgamento

O critério de julgamento a ser adotado para a presente contratação será o de Menor Preço por Lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



A adoção do julgamento por lote mostra-se tecnicamente adequada em razão da natureza dos itens a serem adquiridos, os quais possuem correlação funcional e complementaridade entre si, destinando-se à manutenção preventiva e corretiva da frota de motocicletas pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

O agrupamento dos itens em lotes visa promover maior eficiência administrativa e operacional, reduzindo a necessidade de gerenciamento de múltiplos fornecedores para peças de mesma natureza, otimizando os procedimentos de aquisição, recebimento, fiscalização e controle contratual.

Além disso, a contratação por lote proporciona ganhos de escala, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, reduz custos logísticos relacionados ao transporte e entrega dos produtos e contribui para maior celeridade no atendimento das demandas de manutenção da frota municipal.

A medida também busca assegurar maior compatibilidade entre os componentes fornecidos, minimizar riscos de desabastecimento decorrentes da fragmentação excessiva do objeto e garantir maior eficiência na execução contratual, especialmente considerando a necessidade de reposição tempestiva de peças para manutenção dos veículos utilizados na prestação dos serviços públicos de saúde.

O parcelamento do objeto por item, embora tecnicamente possível, não se apresenta como a alternativa mais vantajosa para a Administração no presente caso, uma vez que poderia resultar em significativa pulverização de fornecedores, aumento da complexidade da gestão contratual, elevação dos custos administrativos e dificuldades operacionais no controle e acompanhamento dos fornecimentos.

Dessa forma, conclui-se que o julgamento pelo menor preço por lote atende aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade, planejamento e interesse público, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a adequada execução do objeto pretendido.

4. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA relacionada à manutenção da frota de motocicletas utilizada na execução dos serviços públicos de saúde.

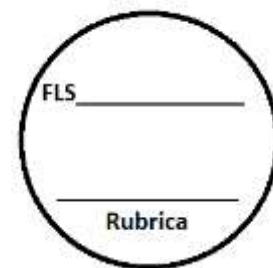
A análise realizada demonstrou a existência de ampla oferta de fornecedores especializados no fornecimento de peças, componentes e acessórios para motocicletas, abrangendo fabricantes, distribuidores, revendedores autorizados e estabelecimentos do segmento automotivo, o que evidencia a competitividade do mercado e a viabilidade da contratação pretendida.

Durante o levantamento, foram identificadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

- a) Aquisição de peças sob demanda mediante Sistema de Registro de Preços;
- b) Contratação por fornecimento integral com entrega única dos itens estimados;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



c) Aquisição por meio de procedimentos individuais e sucessivos, conforme surgimento das necessidades de manutenção;

d) Contratação conjunta de serviços de manutenção com fornecimento de peças.

Após análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços para aquisição parcelada de peças, componentes e acessórios constitui a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, considerando a natureza contínua e variável da demanda, a impossibilidade de previsão exata dos quantitativos a serem consumidos ao longo da vigência contratual e a necessidade de assegurar pronta disponibilidade dos itens necessários à manutenção da frota.

A alternativa de aquisição integral dos quantitativos estimados mostrou-se menos vantajosa, tendo em vista o elevado impacto financeiro inicial, a necessidade de espaço para armazenamento, os riscos de deterioração, obsolescência ou inutilização de peças e a possibilidade de aquisição de itens que eventualmente não venham a ser utilizados.

Por sua vez, a realização de contratações isoladas sempre que surgir necessidade de reposição de peças não atende aos princípios da eficiência e do planejamento, uma vez que aumentaria significativamente os custos administrativos, o tempo necessário para aquisição dos itens e os riscos de descontinuidade das atividades institucionais em razão da indisponibilidade de componentes para manutenção dos veículos.

Quanto à contratação conjunta de manutenção e fornecimento de peças, verificou-se que tal solução não se mostra a mais adequada para o presente caso, considerando que o objeto pretendido se restringe ao fornecimento de peças, componentes e acessórios, permitindo à Administração maior flexibilidade na gestão da manutenção da frota e melhor controle dos custos envolvidos.

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços, com julgamento pelo menor preço por lote, representa a solução mais eficiente, econômica e compatível com as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, garantindo competitividade, racionalização dos recursos públicos e atendimento tempestivo das demandas de manutenção da frota de motocicletas.

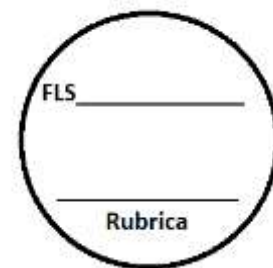
a) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas:

Foram analisadas contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública nas esferas municipal, estadual e federal, verificando-se que a aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas é prática amplamente adotada para garantir a manutenção preventiva e corretiva das frotas oficiais utilizadas na prestação dos serviços públicos.

Constatou-se que a maioria das contratações dessa natureza é realizada por meio de Pregão Eletrônico, frequentemente utilizando o Sistema de Registro de Preços, em razão da imprevisibilidade da demanda, da variedade de peças necessárias e da necessidade de reposição contínua dos componentes sujeitos ao desgaste natural decorrente da utilização dos veículos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Verificou-se ainda que o agrupamento dos itens em lotes compatíveis com as características dos veículos ou grupos de peças correlatas constitui prática recorrente na Administração Pública, proporcionando maior eficiência operacional, simplificação da gestão contratual, economicidade e celeridade no atendimento das demandas de manutenção da frota.

A análise das contratações similares permitiu concluir que a solução pretendida pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA encontra ampla aderência às práticas adotadas por outros órgãos públicos, demonstrando sua viabilidade técnica, operacional e econômica.

b) Realização de audiência e/ou consulta pública para coleta de contribuições:

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, verifica-se que a presente contratação se refere ao fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e cujas especificações podem ser objetivamente definidas pela Administração.

Os itens a serem adquiridos não envolvem inovação tecnológica relevante, elevado grau de complexidade técnica, impacto ambiental significativo, repercussão econômica de grande alcance ou matéria sujeita a controvérsias que justifiquem a realização de audiência pública ou consulta pública para coleta de contribuições da sociedade.

Além disso, trata-se de demanda administrativa interna, decorrente da necessidade de manutenção da frota oficial utilizada na execução dos serviços públicos de saúde, cuja solução encontra ampla disponibilidade no mercado e possui características técnicas amplamente conhecidas pelos fornecedores do setor.

Dessa forma, conclui-se que a realização de audiência ou consulta pública não se mostra necessária nem proporcional ao objeto da contratação, sendo suficientes os estudos técnicos realizados, o levantamento de mercado e a pesquisa de preços, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e celeridade administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. Descrição da Solução como um todo

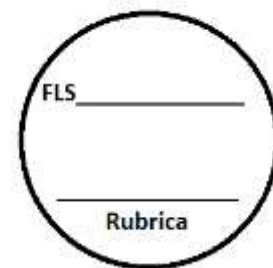
A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas.

A contratação abrangerá o fornecimento parcelado, sob demanda, de peças mecânicas, elétricas, eletrônicas, componentes de suspensão, transmissão, freios, sistema de alimentação, iluminação, vedação, acessórios e demais itens necessários à conservação, recuperação e pleno funcionamento dos veículos que compõem a frota municipal.

A solução foi concebida para garantir a disponibilidade contínua dos componentes necessários à execução das manutenções preventivas e corretivas, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos, aumentando sua vida útil, assegurando condições adequadas de segurança e contribuindo para a continuidade dos serviços públicos de saúde prestados à população.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e variável da demanda, uma vez que não é possível prever com exatidão quais peças serão necessárias ao longo da vigência da contratação, tampouco os quantitativos efetivamente demandados, considerando fatores como desgaste natural, condições de uso, quilometragem percorrida e ocorrências de manutenção corretiva.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento pela Administração, permitindo aquisições conforme a necessidade efetivamente verificada, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo riscos de obsolescência dos itens e promovendo melhor gestão dos recursos públicos.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, considerando a correlação técnica e funcional existente entre os itens agrupados, bem como a necessidade de otimização da gestão contratual, maior eficiência logística, redução dos custos administrativos e garantia de maior agilidade no atendimento das demandas de manutenção da frota.

A solução contempla, ainda, exigências relacionadas à qualidade dos produtos fornecidos, compatibilidade com os veículos atendidos, garantia contra defeitos de fabricação, substituição de itens inadequados e observância das normas técnicas aplicáveis, assegurando que os materiais adquiridos atendam aos padrões necessários de desempenho, durabilidade e segurança.

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a presente solução representa a alternativa mais eficiente, econômica e adequada para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, garantindo a continuidade das atividades institucionais, a preservação do patrimônio público e a adequada prestação dos serviços públicos de saúde.

6. Estimativa da quantidade

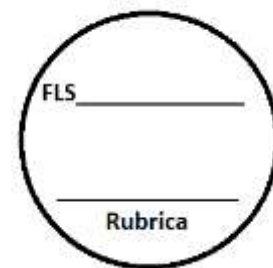
A estimativa das quantidades de peças, componentes e acessórios para motocicletas foi elaborada com base no levantamento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, considerando a frota atualmente existente, o histórico de consumo de exercícios anteriores, as demandas recorrentes de manutenção preventiva e corretiva, bem como a expectativa de utilização dos veículos durante o período de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

Para a definição dos quantitativos estimados, foram analisados fatores como a frequência de substituição de componentes sujeitos ao desgaste natural, a quilometragem percorrida pelos veículos, as condições de uso da frota, a idade dos veículos, os registros de manutenções realizadas anteriormente e a necessidade de manutenção das condições adequadas de funcionamento, segurança e operacionalidade das motocicletas utilizadas na prestação dos serviços públicos de saúde.

Considerando que as demandas de manutenção possuem caráter contínuo e variável, não sendo possível prever com exatidão quais peças serão necessárias ao longo da execução contratual, os quantitativos foram estimados de forma a atender satisfatoriamente as necessidades da Administração durante o período projetado, sem prejuízo da observância dos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Os quantitativos detalhados encontram-se discriminados no Termo de Referência, acompanhados das respectivas especificações técnicas e unidades de fornecimento, constituindo mera estimativa de consumo para fins de planejamento da contratação, não gerando obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se especialmente adequada nesse contexto, uma vez que permite a aquisição dos itens de forma parcelada e conforme a necessidade efetivamente verificada, proporcionando maior flexibilidade administrativa, melhor controle dos estoques e utilização mais eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, as quantidades estimadas refletem a demanda potencial da Administração para o período de vigência da contratação, tendo sido definidas com base em critérios técnicos e informações disponíveis no momento do planejamento, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos e a adequada manutenção da frota de motocicletas do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

A definição dos quantitativos foi realizada a partir do levantamento da frota de motocicletas pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, considerando as características individuais de cada veículo, o histórico de consumo de peças, a frequência de manutenções preventivas e corretivas, a quilometragem média percorrida e a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde executados tanto na zona urbana quanto na zona rural.

A frota atualmente contemplada pela presente contratação é composta pelos seguintes modelos:

Lote	Modelo
Lote 01	Honda Bros KS 2009
Lote 02	Yamaha Crosser ESD 2021/2022
Lote 03	Honda Bros ES 2015/2016
Lote 04	Honda Bros ESD 2019

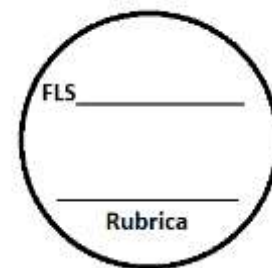
Os quantitativos previstos para cada item foram estimados considerando:

- Histórico de consumo e substituição de peças observado nos exercícios de 2024 e 2025, registros de manutenção da frota, vida útil média dos componentes e demanda operacional das motocicletas utilizadas pelo Fundo Municipal de Saúde;
- Vida útil média dos componentes;
- Plano de manutenção preventiva da frota;
- Possibilidade de manutenções corretivas decorrentes do desgaste natural dos veículos;
- Condições de trafegabilidade das vias urbanas e vicinais;
- Utilização intensiva das motocicletas em atividades de vacinação, visitas domiciliares, fiscalização sanitária, transporte de profissionais de saúde e atendimento às comunidades rurais.

A metodologia adotada consistiu na projeção do consumo anual de peças por modelo de motocicleta, acrescida de margem técnica destinada à cobertura de demandas imprevisíveis, sem caracterizar superdimensionamento da contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Foram observados os seguintes parâmetros médios de reposição:

Grupo de Peças	Critério Utilizado
Cabos, manetes e lâmpadas	Alta incidência de desgaste e substituição periódica
Rolamentos e retentores	Manutenção preventiva programada
Kit corrente, coroa e pinhão	Troca conforme quilometragem média anual
Patins de freio	Desgaste natural decorrente da utilização contínua
Baterias	Vida útil média entre 18 e 24 meses
Componentes do motor	Substituição eventual decorrente de manutenção corretiva
Suspensão e amortecimento	Desgaste provocado pelas condições das vias trafegadas

A estimativa resultou em aproximadamente:

Lote	Quantidade de Itens
Honda Bros KS 2009	84 itens
Yamaha Crosser ESD 2021/2022	84 itens
Honda Bros ES 2015/2016	85 itens
Honda Bros ESD 2019	77 itens

Totalizando 330 itens distintos, distribuídos entre peças mecânicas, elétricas, componentes de suspensão, transmissão, freios, motor, acabamento e acessórios, suficientes para garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota durante o período de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

7. Estimativa do valor

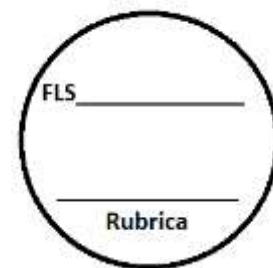
A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento nos quantitativos previstos para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, considerando as especificações técnicas dos itens, as características do mercado fornecedor e os parâmetros estabelecidos na legislação vigente.

Para a obtenção do valor estimado, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, utilizando-se fontes aptas a demonstrar os preços praticados no mercado, tais como contratações públicas similares, atas de registro de preços vigentes, sistemas oficiais de pesquisa de preços, bancos de dados públicos, consultas a fornecedores do ramo e demais fontes admitidas pela legislação.

A metodologia adotada buscou identificar valores compatíveis com a realidade de mercado, assegurando maior confiabilidade à estimativa e permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Considerando a natureza do objeto e a utilização do Sistema de Registro de Preços, o valor estimado corresponde ao somatório dos quantitativos previstos para cada item ou lote constante do Termo de Referência, representando uma expectativa máxima de contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

Após a conclusão da pesquisa mercadológica, o valor total estimado da contratação foi consolidado no Mapa de Apuração de Preços, documento que integra os autos do processo administrativo e serve de base para a definição do valor de referência da licitação.

Dessa forma, a estimativa de valor visa proporcionar adequado planejamento da despesa pública, garantir a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e assegurar a observância dos princípios que regem as contratações públicas.

Com base na pesquisa de preços realizada, o valor total estimado para a contratação corresponde a R\$ 415.989,29 (quatrocentos e quinze mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos), conforme demonstrado no Mapa de Apuração de Preços constante dos autos do processo administrativo.

A pesquisa de preços foi realizada por meio da plataforma Banco de Preços, utilizando informações provenientes do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, Portal de Compras Públicas, BNC, Licitanet, Compras BR, Bolsa Brasileira de Mercadorias e diversos portais oficiais de órgãos públicos, observando-se os parâmetros previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. O método utilizado para definição do valor estimado foi a média aritmética dos preços válidos obtidos para cada item.

8. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade do certame e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação pretendida refere-se ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas.

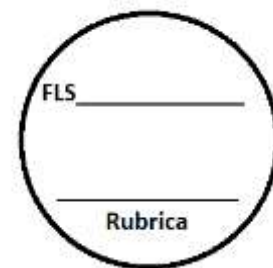
Embora os itens que compõem o objeto sejam, em sua essência, divisíveis, verificou-se que o agrupamento em lotes constitui a solução mais adequada para atendimento do interesse público, considerando a compatibilidade técnica entre os componentes, a correlação entre as peças destinadas a cada modelo de motocicleta e a necessidade de racionalização da gestão contratual.

A formação dos lotes foi realizada com base na compatibilidade mecânica e nas especificações técnicas dos veículos que compõem a frota, permitindo que as peças sejam agrupadas por modelo de motocicleta, assegurando maior eficiência na execução contratual e reduzindo riscos de fornecimento de componentes incompatíveis.

A adoção do critério de julgamento por lote possibilita a redução do número de fornecedores contratados, simplifica os procedimentos de gestão, fiscalização, recebimento, conferência, controle



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



de garantias e acompanhamento contratual, além de proporcionar maior celeridade no atendimento das demandas de manutenção da frota, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Adicionalmente, o parcelamento por item poderia resultar na contratação de diversos fornecedores para peças destinadas ao mesmo veículo, aumentando significativamente os custos administrativos de gerenciamento contratual, a complexidade logística e os riscos relacionados à compatibilidade, padronização e disponibilidade dos componentes necessários às manutenções preventivas e corretivas.

O agrupamento em lotes também favorece a obtenção de ganhos de escala, amplia o poder de negociação da Administração, reduz custos operacionais relacionados ao transporte e à logística de fornecimento e contribui para a obtenção de condições comerciais mais vantajosas, observando os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

Ressalta-se que a formação dos lotes observou critérios objetivos de similaridade, compatibilidade e correlação entre os itens agrupados, não havendo restrição indevida à competitividade, uma vez que o levantamento de mercado demonstrou a existência de número suficiente de fornecedores aptos a atender integralmente os lotes licitados.

Dessa forma, conclui-se que o agrupamento por lote representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, sem comprometer a ampla participação dos potenciais fornecedores.

9. Contratações Correlatas

Para fins do disposto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, foi realizada análise acerca da existência de contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto pretendido.

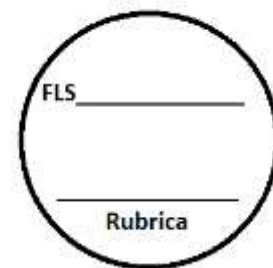
Verificou-se que a presente contratação possui correlação direta com a futura contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva das motocicletas pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, uma vez que as peças, componentes e acessórios objeto deste procedimento serão utilizados na reposição e substituição de itens necessários à conservação e ao adequado funcionamento dos veículos.

A contratação para fornecimento de peças e a futura contratação dos serviços de manutenção possuem natureza complementar, integrando uma mesma estratégia de gestão da frota municipal, voltada à garantia da segurança, disponibilidade, eficiência operacional e prolongamento da vida útil dos veículos utilizados na prestação dos serviços públicos de saúde.

Todavia, embora correlatas, as contratações são tecnicamente independentes, possuindo objetos distintos e passíveis de execução por fornecedores diferentes, não havendo relação de dependência jurídica que impeça a realização ou a execução de uma contratação sem a formalização simultânea da outra.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



A segregação dos objetos em procedimentos licitatórios distintos decorre da busca pela ampliação da competitividade, da especialização dos fornecedores e da obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, permitindo que empresas especializadas no fornecimento de peças concorram em igualdade de condições, independentemente da prestação dos serviços de manutenção.

Há previsão de futura contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de motocicletas, procedimento que guarda complementaridade com o presente objeto, sem caracterizar dependência entre as contratações.

Ressalta-se que a futura contratação dos serviços de manutenção não constitui condição para utilização da presente Ata de Registro de Preços, podendo as peças adquiridas ser utilizadas tanto em serviços executados por terceiros contratados quanto em manutenções eventualmente realizadas pela própria Administração, conforme a necessidade administrativa.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui relação de complementaridade com a futura contratação de serviços de manutenção das motocicletas da frota municipal, sem, contudo, caracterizar interdependência que comprometa sua execução autônoma, contribuindo ambas para a adequada gestão da frota e para a continuidade dos serviços públicos de saúde prestados à população.

10. Resultado Pretendido

A presente contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo e eficiente de peças, componentes e acessórios para motocicletas, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, contribuindo para a adequada execução das atividades institucionais e para a continuidade dos serviços públicos de saúde.

Com a implementação da solução proposta, pretende-se garantir a disponibilidade operacional dos veículos, reduzindo o tempo de paralisação decorrente da necessidade de substituição de peças desgastadas ou danificadas, bem como assegurar condições adequadas de segurança, confiabilidade e desempenho da frota municipal.

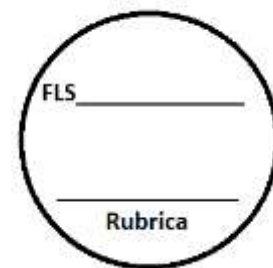
Busca-se, ainda, promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, mediante a adoção do Sistema de Registro de Preços, possibilitando aquisições conforme a demanda efetivamente verificada, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo desperdícios e proporcionando melhor planejamento das despesas relacionadas à manutenção dos veículos.

Como resultado esperado, pretende-se alcançar maior agilidade no atendimento das necessidades de manutenção da frota, redução dos riscos de interrupção das atividades desenvolvidas pelas equipes da Secretaria Municipal de Saúde, aumento da vida útil dos veículos e diminuição dos custos decorrentes de falhas mecânicas ocasionadas pela ausência de manutenção adequada.

A contratação também visa proporcionar maior eficiência administrativa, mediante a padronização dos procedimentos de aquisição, melhoria do controle dos insumos utilizados na manutenção da frota e otimização dos processos de gestão contratual e fiscalização.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Além dos benefícios operacionais e econômicos, espera-se assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população, uma vez que a disponibilidade dos veículos constitui elemento essencial para a execução de atividades administrativas, deslocamentos institucionais, acompanhamento de ações de saúde e demais demandas vinculadas às atribuições do Fundo Municipal de Saúde.

Dessa forma, os resultados pretendidos concentram-se na obtenção de maior economicidade, eficiência, segurança, disponibilidade da frota e continuidade dos serviços públicos, em consonância com os princípios da administração pública e com os objetivos institucionais do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

11. Providências a serem tomadas

Para a adequada implementação da solução proposta e a efetiva execução da futura contratação, a Administração deverá adotar as providências necessárias ao planejamento, instrução, acompanhamento e fiscalização do procedimento licitatório e da futura execução contratual.

Inicialmente, deverão ser concluídos e aprovados os documentos que compõem a fase preparatória da contratação, incluindo o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o Mapa de Pesquisa de Preços e os demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e regulamentações aplicáveis.

A Administração deverá promover a instauração do competente processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços e critério de julgamento pelo menor preço por lote, observando os princípios da legalidade, transparência, competitividade, eficiência e economicidade.

Também deverá ser realizado o levantamento e atualização das informações referentes à frota de motocicletas do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, incluindo modelos, especificações técnicas e demais características necessárias à correta identificação dos itens a serem adquiridos, visando assegurar a compatibilidade das peças, componentes e acessórios com os veículos atendidos.

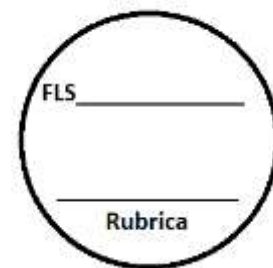
Após a formalização da Ata de Registro de Preços, a Administração deverá designar servidor(es) responsável(is) pelo gerenciamento da ata, acompanhamento das solicitações de fornecimento, recebimento dos produtos e fiscalização da execução contratual, observadas as atribuições previstas na legislação vigente.

Deverão ainda ser estabelecidos mecanismos de controle e acompanhamento do consumo dos itens registrados, de forma a possibilitar adequada gestão dos estoques, monitoramento da utilização dos recursos públicos e planejamento das futuras demandas relacionadas à manutenção da frota.

Paralelamente, a Administração deverá dar prosseguimento ao planejamento da futura contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das motocicletas da frota municipal, contratação esta que possui caráter complementar ao presente fornecimento de peças, componentes e acessórios, contribuindo para a implementação de uma política eficiente de gestão e conservação dos veículos utilizados nos serviços públicos de saúde.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



A Administração deverá designar formalmente gestor e fiscal da contratação, observadas as atribuições previstas nos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, as providências elencadas visam assegurar a adequada execução da contratação pretendida, a obtenção dos resultados esperados e a observância dos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. Compatibilidade com o Planejamento Institucional

A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades administrativas e operacionais do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, constituindo medida indispensável para assegurar a adequada manutenção da frota de motocicletas utilizada no desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde.

A disponibilidade de veículos em plenas condições de funcionamento é essencial para garantir a execução das atividades institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente aquelas relacionadas ao deslocamento de equipes, realização de visitas domiciliares, acompanhamento de programas de saúde, ações de vigilância, fiscalização, atendimento às comunidades rurais e demais serviços de interesse público.

Nesse contexto, a aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas revela-se necessária para assegurar a continuidade das manutenções preventivas e corretivas da frota, contribuindo para a preservação do patrimônio público, a ampliação da vida útil dos veículos, a redução de custos decorrentes de falhas mecânicas e a minimização dos riscos de interrupção dos serviços prestados à população.

A contratação também se mostra compatível com as necessidades de funcionamento do Fundo Municipal de Saúde, atendendo às demandas operacionais identificadas pelos setores responsáveis pela gestão da frota e pela execução das atividades finalísticas da Secretaria.

Dessa forma, verifica-se que a solução proposta atende ao interesse público, aos objetivos institucionais da Administração e às necessidades operacionais do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, revelando-se adequada, necessária e compatível com o planejamento administrativo adotado para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde.

13. Mapa de Risco

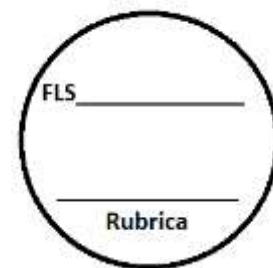
A identificação e análise de riscos têm por objetivo antecipar possíveis eventos que possam comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor e a execução da futura Ata de Registro de Preços para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, permitindo a adoção de medidas preventivas e mitigadoras capazes de assegurar a eficiência, economicidade e continuidade das atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e suas unidades vinculadas.

Segue a matriz de riscos:

✓ RISCO 1 – Superdimensionamento ou subdimensionamento dos quantitativos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Descrição: Estimativa inadequada das quantidades de peças, componentes e acessórios, podendo resultar em saldo excessivo sem utilização ou insuficiência de itens para manutenção da frota.

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Medidas Preventivas:

- Levantamento baseado no histórico de consumo da frota;
- Análise da quantidade de motocicletas em operação e suas condições de uso;
- Consulta aos responsáveis pela manutenção dos veículos;
- Previsão de margem técnica para atendimento de demandas extraordinárias.

Medidas Mitigadoras:

- Monitoramento periódico do consumo dos itens registrados;
- Revisão do planejamento de aquisições;
- Realização de novo procedimento licitatório, quando necessário.

✓ RISCO 2 – Sobrepreço na estimativa da contratação

Descrição: Elaboração de orçamento estimativo com valores superiores aos praticados no mercado, comprometendo a economicidade da contratação.

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Medidas Preventivas:

- Realização de pesquisa de preços em múltiplas fontes;
- Utilização de metodologia adequada para formação do preço de referência;
- Exclusão de valores manifestamente inexequíveis ou excessivos;
- Atualização dos preços próximos à data da licitação.

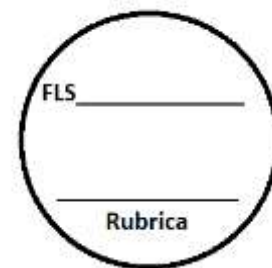
Medidas Mitigadoras:

- Negociação durante a fase de julgamento;
- Revisão da pesquisa de preços;
- Revogação ou adequação do procedimento, caso constatada inviabilidade econômica.

✓ RISCO 3 – Inexecução contratual ou atraso na entrega



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Descrição: Descumprimento dos prazos de entrega ou das condições estabelecidas pela futura Ata de Registro de Preços.

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Medidas Preventivas:

- Definição clara dos prazos e condições de entrega no Termo de Referência;
- Exigência de qualificação mínima e regularidade do fornecedor;
- Previsão de penalidades contratuais.

Medidas Mitigadoras:

- Aplicação das sanções cabíveis;
- Notificação formal do fornecedor;
- Convocação dos fornecedores remanescentes, quando possível.

✓ RISCO 4 – Fornecimento de peças incompatíveis ou de baixa qualidade

Descrição: Entrega de produtos que não atendam às especificações técnicas, sejam incompatíveis com os modelos das motocicletas ou apresentem qualidade inferior à exigida.

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Medidas Preventivas:

- Elaboração de especificações técnicas detalhadas;
- Indicação das características mínimas de desempenho e compatibilidade;
- Exigência de garantia dos produtos fornecidos;
- Fiscalização do recebimento dos materiais.

Medidas Mitigadoras:

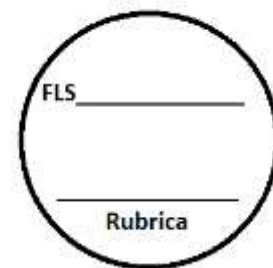
- Recusa do recebimento dos itens inadequados;
- Solicitação de substituição imediata sem ônus para a Administração;
- Aplicação das sanções administrativas previstas.

✓ RISCO 5 – Oscilações significativas nos preços de mercado

Descrição: Alterações relevantes nos preços das peças e componentes em razão de fatores econômicos ou de mercado.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Medidas Preventivas:

- Pesquisa de preços ampla e atualizada;
- Planejamento adequado dos quantitativos;
- Registro de preços compatíveis com a realidade do mercado.

Medidas Mitigadoras:

- Avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, quando legalmente cabíveis;
- Acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado.

✓ RISCO 6 – Descontinuidade de fabricação ou indisponibilidade de peças

Descrição: Interrupção da fabricação ou dificuldade de obtenção de determinados componentes durante a vigência da Ata.

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Medidas Preventivas:

- Pesquisa prévia sobre disponibilidade dos produtos;
- Previsão de fornecimento de itens equivalentes tecnicamente compatíveis.

Medidas Mitigadoras:

- Avaliação técnica para substituição por produto equivalente;
- Planejamento de nova contratação, quando necessário.

✓ RISCO 7 – Insuficiência de recursos orçamentários

Descrição: Limitação financeira para realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

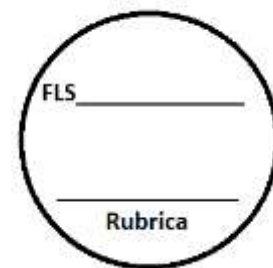
Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Medidas Preventivas:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- Planejamento orçamentário e financeiro adequado;
- Compatibilização das futuras contratações com a disponibilidade de recursos.

Medidas Mitigadoras:

- Priorização das demandas essenciais;
- Adequação do cronograma de aquisições às disponibilidades financeiras.

✓ RISCO 8 – Fornecimento de peça incompatível com o modelo da motocicleta

Descrição: Fornecimento de peça ou componente incompatível com o veículo ao qual se destina.

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Medidas Preventivas:

- Conferência das especificações técnicas no momento da solicitação;
- Identificação dos veículos por marca, modelo, ano e chassi;
- Exigência de compatibilidade comprovada pelo fornecedor.

Medidas Mitigadoras:

- Substituição imediata da peça incompatível;
- Recusa do recebimento definitivo;
- Aplicação das sanções previstas contratualmente, quando cabíveis.

RISCO 9 – Fracasso ou Deserto da Licitação

Descrição: Ausência de propostas válidas ou participantes habilitados.

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Medidas Preventivas:

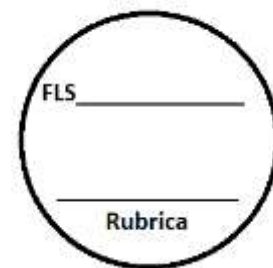
- Pesquisa de mercado ampla;
- Especificações compatíveis com o mercado;
- Divulgação adequada do certame.

Medidas Mitigadoras:

- Republicação do edital com ajustes;
- Revisão das especificações ou da estimativa de preços.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Conclusão da Análise de Riscos

Os riscos identificados são inerentes à contratação destinada ao fornecimento de peças, componentes e acessórios para motocicletas, sendo considerados previsíveis e administráveis mediante adequado planejamento, definição precisa das especificações técnicas, pesquisa de preços consistente e fiscalização eficiente da execução da futura Ata de Registro de Preços.

A análise demonstra que os riscos levantados são controláveis e passíveis de mitigação por meio das medidas preventivas e corretivas propostas, não sendo identificados fatores capazes de inviabilizar a contratação pretendida. Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação, observadas as medidas de gerenciamento de riscos descritas neste estudo.

14. Viabilidade da Contratação

Após a realização dos estudos técnicos, do levantamento de mercado, da análise das alternativas disponíveis e da definição da solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada, conclui-se pela plena viabilidade da contratação pretendida.

A solução proposta, consistente no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, apresenta-se técnica, operacional e economicamente adequada às necessidades da Administração.

Os estudos realizados demonstraram a existência de ampla oferta de fornecedores no mercado, a viabilidade da competição, a compatibilidade dos preços estimados com os valores praticados no setor e a adequação da adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza contínua, variável e imprevisível das demandas relacionadas à manutenção da frota.

Verificou-se ainda que a contratação contribuirá para a manutenção das condições de segurança, disponibilidade e eficiência operacional dos veículos, reduzindo o tempo de paralisação das motocicletas, aumentando sua vida útil e assegurando a continuidade das atividades desempenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

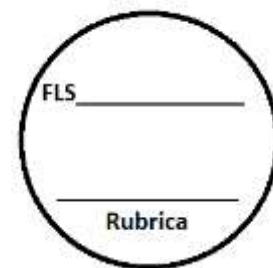
A solução proposta encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e continuidade dos serviços públicos, previstos na Lei nº 14.133/2021, além de guardar compatibilidade com os instrumentos de planejamento da Administração e com as necessidades institucionais identificadas.

A contratação apresenta compatibilidade com o planejamento orçamentário do Fundo Municipal de Saúde, sendo as futuras aquisições condicionadas à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, observadas as dotações próprias e as regras de execução da despesa pública.

Diante do exposto, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela **viabilidade técnica, operacional, orçamentária e econômica da contratação**, recomendando o prosseguimento do processo licitatório para Registro de Preços visando à futura e eventual aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, com julgamento pelo menor preço por lote, por se tratar da solução



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



mais vantajosa e adequada para o atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

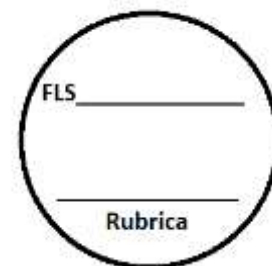
Brasil Novo/PA, 22 de junho de 2026.

ELYSSON LEONARDE KLOSS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 005/2025

ALEXSANDRO SANTANA PEREIRA
Setor de Compras
Matrícula 131140-9



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°/2026

Abertura:.../.../2026

Horário:h min

Objeto:.....

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado) Telefone: _____

Email: _____ Conta Corrente n° _____ Agência n° _____ Banco: _____

Identificação do responsável legal da empresa: _____ CPF: _____

RG: _____

Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação/CPL, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe, objetivando a Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, visando atender às necessidades de manutenção da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

DO OBJETO:

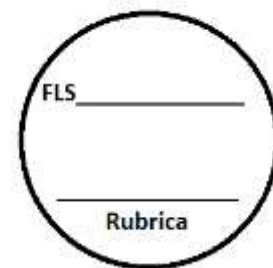
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	Marca	QTD	Valor Unit.	Valor Total
VALOR TOTAL						

Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$**).

O prazo de entrega: Os bens deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da solicitação (ordem de compra, nota de empenho, autorização de fornecimento), no endereço informado e serão recebidos em caráter provisório para avaliação de conformidade dos produtos conforme este termo de referência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

DECLARAMOS que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

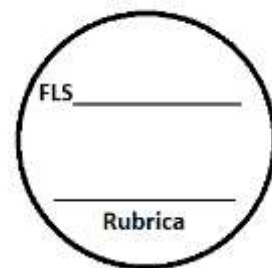
DECLARAMOS que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, fretes, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do Representante Legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO III

(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil novo
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº /2026
Abertura:/.../2026
Horário:h. ... min.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, visando atender às necessidades de manutenção da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF Nº _____, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARA, sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

DECLARA que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

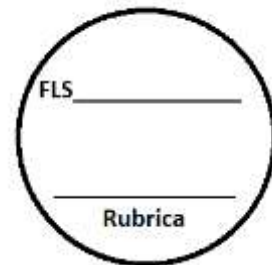
DECLARA que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

DECLARA, sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DECLARA ainda que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



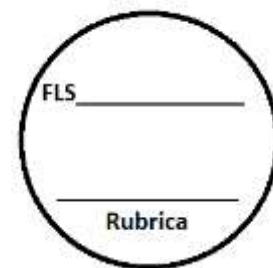
licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/21”.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO IV

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE LC 123/06).

O Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº /2026

Abertura:/...../2026

Horário:h... min.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, visando atender às necessidades de manutenção da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, tudo conforme Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

A Empresa_____ inscrita no CNPJ nº_____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua_____ Município de_____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº_____. **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

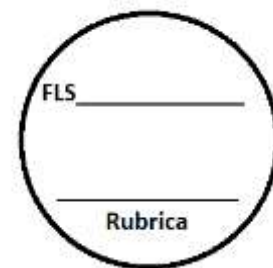
DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

(Local e data)

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO V DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A empresa (NOME DA EMPRESA), por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei que:

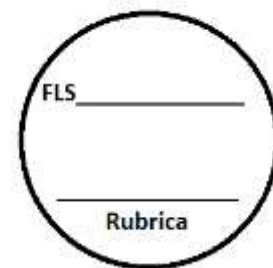
- a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
- b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção
- d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.
- e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

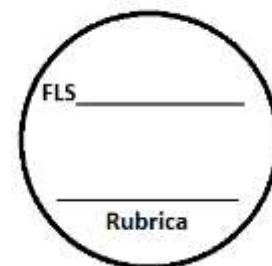
A Empresa.....(nome da empresa licitante)...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO VII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026 FMS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXX/2026 FMS

No dia XXXXX do mês de XXXXXX do ano de 2026 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.283.607/0001-42, com sede administrativa localizada na Travessa 28 de Abril nº 1175, BAIRRO: Centro, na cidade de Brasil Novo/PA, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr(a) ELYSSON LEONARDE KLOSS inscrito no cpf sob o nº 908.571.782-53, doravante denominada CONTRATANTE, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), doravante denominado FORNECEDOR, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2026 FMS, Processo Administrativo nº XXX/2026 FMS que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e Decreto Municipal 688/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, visando atender às necessidades de manutenção da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, de acordo com os quantitativos estimados, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXX
2	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXX
3	XXXXX	XXXX	XXXX	XXX	R\$ XXXX	R\$ XXXXX
VALOR TOTAL						R\$ XXXXX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

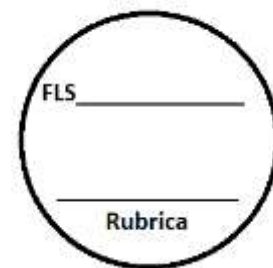
- 3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo;
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos obrigatórios:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



- 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

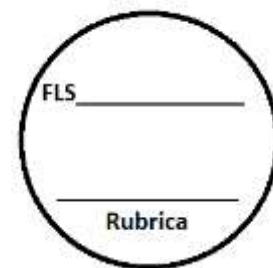
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 3 (três) dias úteis e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

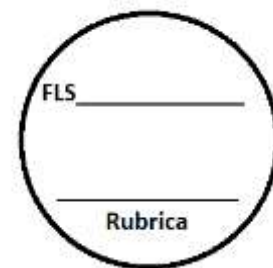
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.1.3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

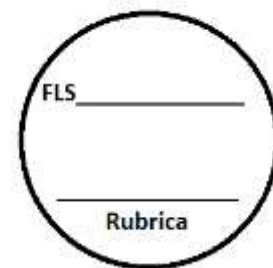
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

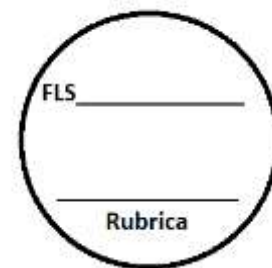
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

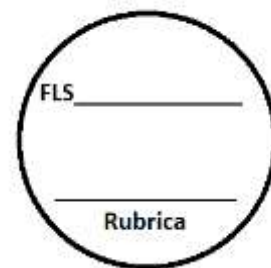
- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo ao Edital.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



entidade.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Brasi Novo/PA para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

11.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (quando houver).

Brasil Novo/PA, xxxx de xxxxxxx de 2026.

Empresa
CNPJ:
Fornecedor

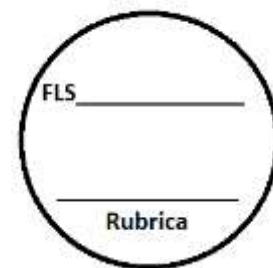
Secretário Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Testemunha

Testemunha



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



APÊNDICE DO ANEXO VII

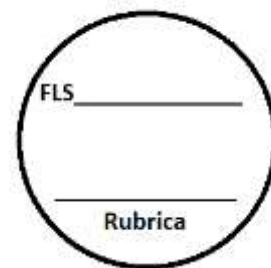
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unit.
1					
2					
3					



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO n° XXX/2026 FMS.
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° XXX/2026 FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO
QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE
BRASIL NOVO E A EMPRESA
....., CNPJ:
.....
.....

I. PARTES

CONTRATANTE

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO**, Fundo público da administração direta municipal, inscrito no CNPJ n°. 11.283.607/0001-42 com sede à Trav. 28 de Abril n° 1175, Centro, CEP: 68.148-000, Brasil Novo (PA), doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Elysson Leonarde Kloss, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA

_____ (Nome da Empresa), _____ (Natureza Jurídica), com sede _____ (endereço), _____ (contato), inscrita no CNPJ sob o n° _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____ (Representante Legal), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, residente e domiciliado à _____.

II. DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

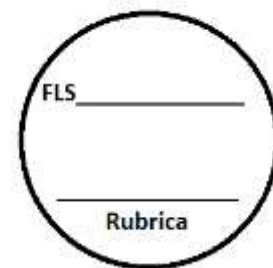
Resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/XXXX FMS**, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de peças, componentes e acessórios para motocicletas, visando atender às necessidades de manutenção da frota pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e às suas unidades vinculadas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	xxxxx	xxxx	xxxx	xxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxx
VALOR TOTAL						R\$ xxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

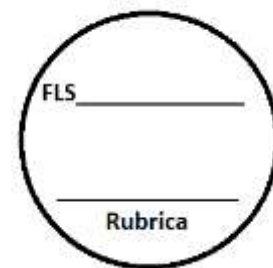
- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, período suficiente para o cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo entrega, instalação, testes, recebimento definitivo e demais providências correlatas.
- 2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e demonstrada a vantagem para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. A prorrogação de que trata este item ficará condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.4. O contratado não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado caso o contratado esteja sujeito a sanção de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, observada a abrangência da penalidade.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. A execução do objeto ocorrerá sob o regime de fornecimento parcelado, conforme as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA e de suas unidades vinculadas, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.
- 3.2. O fornecimento das peças, componentes e acessórios será solicitado mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente, contendo as especificações, quantitativos e demais informações necessárias à execução da contratação.
- 3.3. A contratada deverá acusar o recebimento da solicitação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.4. As peças, componentes e acessórios deverão ser novos, de primeiro uso, originais, genuínos ou de qualidade equivalente às originais, compatíveis com os respectivos modelos de motocicletas da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



frota municipal, observando rigorosamente as especificações constantes neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora.

3.5. Fica vedado o fornecimento de peças usadas, remanufaturadas, recondicionadas, recicladas ou que apresentem qualquer tipo de dano, defeito ou incompatibilidade com os veículos a que se destinam.

3.6. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela Administração.

3.7. As entregas deverão ocorrer no Almoxarifado Central do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA ou em outro local previamente indicado pela Administração, dentro dos limites territoriais do Município, sem qualquer ônus adicional referente a transporte, carga, descarga, frete, seguro ou demais despesas necessárias ao cumprimento da obrigação contratual.

3.8. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, devidamente acondicionados para transporte e armazenamento, contendo identificação do fabricante, código da peça e demais informações pertinentes, quando aplicável.

3.9. Não serão aceitos produtos:

- I – Danificados ou com indícios de uso;
- II – Em desacordo com as especificações técnicas exigidas;
- III – Incompatíveis com os modelos de motocicletas informados pela Administração;
- IV – Que apresentem defeitos de fabricação ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização.

3.10. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

- I – Recebimento Provisório, realizado no ato da entrega para conferência quantitativa dos itens fornecidos;
- II – Recebimento Definitivo, após a verificação da conformidade qualitativa, compatibilidade técnica e atendimento das especificações exigidas, em até 15 (quinze) dias contados da entrega.

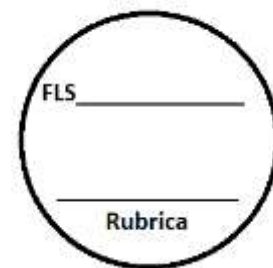
3.11. Constatadas irregularidades, defeitos, incompatibilidades ou divergências em relação às especificações exigidas, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente os itens fornecidos, devendo a contratada promover sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para o Município.

3.12. A contratada responderá integralmente pela qualidade, procedência, compatibilidade e garantia das peças fornecidas, comprometendo-se a substituir qualquer item que apresente defeito de fabricação, vício oculto ou inadequação técnica durante o período de garantia legal ou do fabricante.

3.13. A Administração poderá realizar diligências, inspeções e solicitar documentos comprobatórios da procedência e qualidade das peças fornecidas, visando assegurar o fiel cumprimento das condições estabelecidas na contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



3.14. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Forma de Execução

O objeto será executado sob regime de fornecimento parcelado, conforme demanda do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, que será de 12 (doze) meses.

A contratação não obriga a Administração à aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, tratando-se de mera expectativa de consumo.

4.2. Emissão da Ordem de Fornecimento

O fornecimento será solicitado mediante:

- Emissão de Nota de Empenho; e/ou
- Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente.

A contratada deverá acusar o recebimento da solicitação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.3. Prazo de Entrega

Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

Em caso de necessidade justificada, o prazo poderá ser prorrogado mediante autorização da Administração.

4.4. Local de Entrega

A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pelo Fundo Municipal de Saúde, no Município de Brasil Novo/PA, em horário de expediente, previamente agendado.

As despesas com transporte, carga, descarga e seguro correrão por conta da contratada.

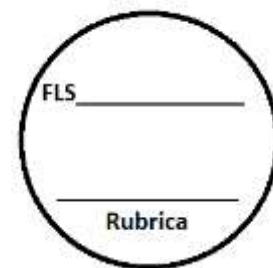
4.5. Condições de Entrega

Os produtos deverão:

- Estar em embalagem original do fabricante;
- Apresentar identificação do fabricante e lote, quando aplicável;
- Estar em perfeitas condições de uso;
- Atender integralmente às especificações do Termo de Referência.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Não serão aceitos produtos:

- Danificados;
- Com prazo de validade vencido ou inferior ao mínimo exigido;
- Em desacordo com as especificações técnicas.

4.6. Recebimento

O recebimento ocorrerá em duas etapas:

- a) Recebimento Provisório:
Realizado no ato da entrega, para conferência quantitativa.
- b) Recebimento Definitivo:
Após verificação da conformidade qualitativa dos produtos, no prazo de até 15 (quinze) dias.

Produtos em desacordo serão recusados, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

4.7. Fiscalização

A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, respondendo esta por quaisquer irregularidades, falhas ou vícios eventualmente constatados.

Para acompanhar e fiscalizar os contratos administrativos decorrentes da Ata de Registro de Preços, bem como conferir e atestar o recebimento do objeto nas respectivas Notas Fiscais para fins de liquidação e pagamento, fica designado o servidor **XXXX**, inscrito no CPF nº **XXX**.

Compete ao fiscal do contrato:

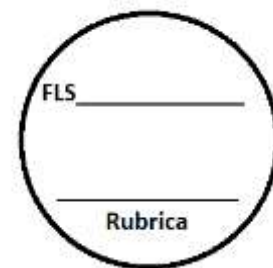
- I – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- II – Verificar a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações contratadas;
- III – Registrar e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
- IV – Atestar as Notas Fiscais para fins de pagamento;
- V – Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

A atuação da fiscalização não afasta a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto contratado.

5. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), correspondente ao fornecimento integral dos bens descritos neste instrumento, conforme proposta vencedora e especificações constantes do Termo de Referência e do edital do Pregão Eletrônico SRP nº ____/2026.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

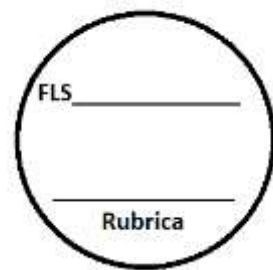
8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42

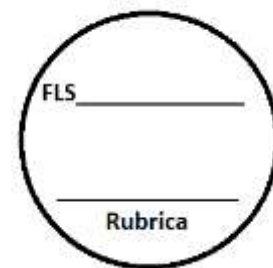


9. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Sempre que solicitado pela Contratante, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

10.1. As peças, componentes e acessórios fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, vícios de qualidade, falhas de desempenho e quaisquer irregularidades que comprometam sua adequada utilização, observando-se, no mínimo, os prazos estabelecidos pelo fabricante e pela legislação vigente, prevalecendo aquele que for mais vantajoso para a Administração.

10.2. A garantia deverá abranger todos os produtos fornecidos, independentemente de sua natureza, assegurando a substituição ou reposição dos itens que apresentarem defeitos, incompatibilidades técnicas ou desempenho inadequado durante o período de cobertura, sem qualquer ônus adicional para o Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo/PA.

10.3. Constatada qualquer irregularidade nos produtos entregues, seja durante o recebimento provisório, definitivo ou no decorrer de sua utilização, a contratada será formalmente notificada para promover a substituição do item defeituoso ou inadequado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

10.4. A substituição deverá ocorrer por produto novo, de mesma especificação ou superior, plenamente compatível com o veículo ao qual se destina, vedado o fornecimento de peças usadas, recondicionadas, recuperadas, remanufaturadas ou que apresentem sinais de utilização.

10.5. Todas as despesas decorrentes da retirada, transporte, entrega, substituição e demais procedimentos necessários à correção das irregularidades correrão integralmente por conta da contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração.

10.6. A recusa injustificada em substituir produtos considerados inadequados, defeituosos ou em desacordo com as especificações contratadas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados à Administração.

10.7. A exigência de garantia dos produtos fornecidos visa assegurar a qualidade dos materiais adquiridos, a preservação da frota pública municipal, a segurança dos usuários, a continuidade dos serviços públicos de saúde e a adequada aplicação dos recursos públicos.

11. Requisitos de Sustentabilidade

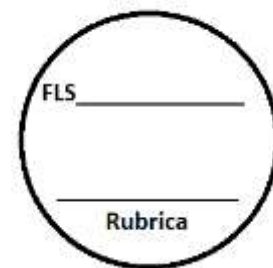
11.1. A contratação deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes de sustentabilidade ambiental aplicáveis às contratações públicas.

11.2. Os equipamentos e materiais permanentes deverão:

I – Atender às normas ambientais vigentes, especialmente quanto à fabricação, comercialização e descarte de resíduos eletroeletrônicos, quando aplicável;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



II – Possuir certificações, selos ou conformidade com padrões de eficiência energética, segurança e qualidade, sempre que exigido pela legislação ou por órgãos reguladores;

III – Apresentar menor consumo de energia elétrica e maior durabilidade, contribuindo para a redução de impactos ambientais e de custos operacionais ao longo do ciclo de vida do produto;

IV – Ser livres de substâncias nocivas ao meio ambiente, conforme normas nacionais e internacionais aplicáveis, quando cabível.

11.3. A contratada deverá adotar práticas de logística reversa, quando aplicável, responsabilizando-se pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada de embalagens, componentes e equipamentos ao final de sua vida útil, nos termos da legislação vigente.

11.4. As embalagens utilizadas deverão, sempre que possível:

I – Ser recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis;

II – Conter informações sobre descarte ambientalmente adequado;

III – Evitar o uso excessivo de materiais poluentes.

10.5. Durante o transporte e entrega, a contratada deverá adotar medidas para minimizar impactos ambientais, tais como:

I – Otimização de rotas;

II – Redução de emissões de poluentes;

III – Uso de boas práticas logísticas.

11.6. A Administração poderá solicitar documentos que comprovem a adoção das práticas sustentáveis previstas neste Termo de Referência.

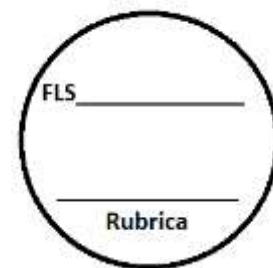
12. CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 3% a 5% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

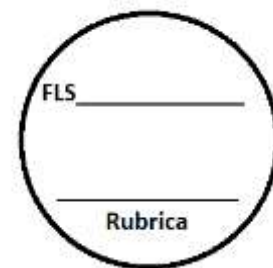
12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

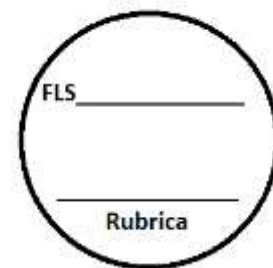
13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, se cumpridas as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12. Indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

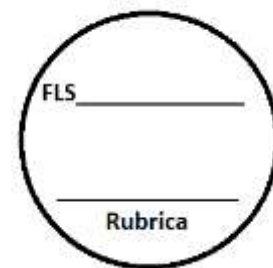
ORGÃO: 12 - Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 - Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1202 - Secretaria Municipal de Saúde de Brasil Novo



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202. 2.005 – Manutenção do Programa Saúde na Escola;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202. 2.007 – Piso Da Atenção Primária – PAP;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.304.0235. 2.021 – Manutenção da Vigilância Sanitária;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.305.0235. 2.022 – Manutenção da Vigilância em Saúde;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0004. 2.023 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.125.0004. 2.024 – Manutenção do Conselho Municipal de Saúde;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0004 2.151 - Emendas Parlamentares Estado;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0004 2.152 - Emendas Parlamentares União;

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0202 2.011 - Programa Melhor em Casa;

Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo;

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

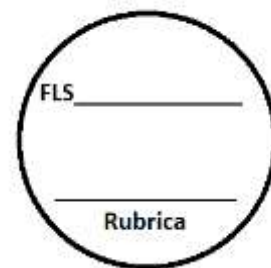
16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



oficial na Internet, em atenção ao art. 91, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. caput, 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

18.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Brasil Novo/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasil Novo/PA, de de 2026.

xxx
Secretário(a) Municipal de
CONTRATANTE

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ:xxxxxxxxxx
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
